

25 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

# CNJ cancela contratação de fundação ligada à LBV

Por R\$ 3,6 milhões, entidade de cunho religioso iria produzir programas de TV

## CNJ cancela contrato com Legião da Boa Vontade

O ministro Joaquim Barbosa, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cancelou a contratação da Fundação José de Paiva Netto, vinculada à Legião da Boa Vontade, que prestaria serviços de rádio e TV ao órgão.

A fundação venceu licitação e seria contratada por R\$ 3,6 milhões anuais para produzir, editar e distribuir programas como eventos e sessões do CNJ.

O CNJ não vai mais terceirizar esses serviços. Sob a alegação de interesse público e economicidade, fará convênio com o Supremo Tribunal Federal para usar a estrutura já instalada da TV Justiça.

A decisão foi tomada dias após a **Folha** ter pedido informações ao CNJ sobre a contratação da LBV.

## Determinação partiu do ministro Joaquim Barbosa; antes, serviço era feito por fundação ligada a tucanos de MG

O ministro Joaquim Barbosa, presidente do Conselho Nacional de Justiça, cancelou a contratação da Fundação José de Paiva Netto, vinculada à LBV (Legião da Boa Vontade), que prestaria serviços de rádio e TV ao CNJ.

A fundação, que tem caráter religioso, venceu licitação em novembro e seria contratada por R\$ 3,6 milhões anuais para produzir, editar e distribuir programas.

O conselho não vai mais terceirizar os serviços. Sob a alegação de interesse público e economicidade, fará convênio com o Supremo Tribunal Federal para usar a estrutura já instalada da TV Justiça.

A decisão foi tomada dias após a **Folha** ter pedido informações ao CNJ sobre a contratação da LBV. Na última quinta-feira, o "Diário Oficial da União" publicou o cancelamento, e o diretor-geral do CNJ, Miguel Augusto de Campos, enviou ofício à fundação avisando sobre a revogação.

Esta é a segunda tentativa do CNJ de corrigir os rumos e reduzir gastos em serviços terceirizados de comunicação.

Em 2012, o ministro Carlos Ayres Britto determinara a não renovação do contrato com a Fundação Renato Azeredo, de Minas Gerais. Ela substituíra a Fundação Padre Anchieta.

A entidade mineira havia sido contratada em março de 2010, com dispensa de licitação, por R\$ 1,6 milhão. A vigência era de seis meses.

Seis meses depois, um aditivo prorrogou o contrato por 12 meses. Serviços foram ampliados e o valor passou para R\$ 4,2 milhões. O acréscimo de 24,93% foi no limite do percentual permitido por lei.

A fundação foi criada em 1996 pelo então governador Eduardo Azeredo (PSDB) para apoiar pesquisas da Universidade Estadual de Minas Gerais. O nome é em homenagem ao pai do hoje senador.

**CONTINUA**

25 FEV 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Sob o pretexto de notória especialização, ela passou a prestar serviços a vários órgãos do governo tucano em Minas, contratada sem licitação. Estima-se que, de 2002 a 2011, o governo mineiro transferiu R\$ 212,1 milhões à Fundação Renato Azeredo.

Segundo relatório da entidade, a execução do “Canal Minas Saúde” para o Estado “contribuiu para a atuação da fundação nos órgãos do Poder Judiciário em Brasília”.

Entre os projetos de maior relevância, a fundação cita serviços prestados ao Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal Superior Eleitoral.

A fundação também mantém um contrato com o Supremo Tribunal Federal, no valor de R\$ 16 milhões, conquistado por meio de licitação.

### Entidade diz que processo foi legal e transparente

“A Fundação José de Paiva Netto respeita a decisão do CNJ. Todo o processo foi feito de forma legal e transparente”, diz Renato Viana de Souza, diretor administrativo da fundação.

Segundo ele, a entidade participou do pregão eletrônico e foi “habilitada pela capacitação técnica”. O ofício informando que o pregão havia sido revogado chegou em 21/2, por e-mail, diz ele. “O CNJ revogou [o pregão] fundamentando sua decisão na legislação em vigor.”

Antonio Carlos Braga, superintendente executivo da Fundação Renato Azeredo, diz que no período em que a entidade prestou serviços ao CNJ “não houve alteração dos preços e sim no prazo de vigência do contrato, tudo em absoluta compatibilidade com a legislação vigente”.

Segundo Braga, “o encerramento não prejudicou a FRA”. A fundação, diz, ainda presta serviços ao STF para gerenciamento da TV Justiça.

25 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

## Ética sem desconto

Ficou longe de ser, como pretende o corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, um “marco para o Judiciário brasileiro”. Ainda assim, há que reconhecer certo avanço na resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça que disciplina o patrocínio para eventos de magistrados.

A medida impede que juízes participem de encontros promovidos ou patrocinados por empresas, quando o transporte ou a hospedagem forem subsidiados por entidades privadas com fins lucrativos. Abre-se exceção para palestrante, presidente de mesa, moderador, debatedor ou organizador.

Além disso, a resolução proíbe que magistrados recebam prêmios, auxílios ou contribuições de pessoas físicas ou jurídicas.

As iniciativas vão na direção correta. Aliás, chega a ser constrangedor que o CNJ precise editar uma resolução para repetir interdições que, explícita ou implicitamente, já figuram na Constituição e no Código de Ética da Magistratura.

No entanto, a medida era necessária. São frequentes as notícias de que magistrados são acomodados em hotéis de luxo para encontros patrocinados por entidades com processos nos tribunais.

Em dezembro, a Associação Paulista de Magistrados distribuiu, durante uma festa para mais de mil

pessoas, brindes oferecidos por empresas públicas e privadas. Entre os mimos havia automóveis, cruzeiros, viagens internacionais e hospedagem em resorts, com direito a acompanhante.

Juízes não deveriam se permitir esse tipo de benesse. Dúvidas, ainda que remotas, sobre a imparcialidade de seus julgamentos apenas contribuem para macular a imagem da Justiça.

Melhor andaria o CNJ se a decisão tivesse sido radical — como na proposta original da ministra Eliana Calmon. Mas, numa concessão classista, o órgão autorizou o patrocínio a eventos promovidos por tribunais, conselhos de Justiça e escolas oficiais da magistratura. Nesses casos, a subvenção não pode ultrapassar 30% dos gastos totais.

A cota é indefensável. Primeiro, porque pode servir de brecha para que a resolução termine descumprida. Depois, por questão de princípio: como justificar que 30% de relação imprópria seja tolerável?

Se, como assegura o ministro Joaquim Barbosa, presidente do CNJ, a proibição total virá no futuro, então por que a medida já não fixou prazo para a transição?

Será lamentável se Barbosa, que granjeou respeito como relator do mensalão, não alavancar esse capital pessoal para pôr fim a maus costumes na sua classe.

25 FEV 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### ERRAMOS

**PODER** (21.FEV, PÁG. A13) Diferentemente do que afirmava o título “TJ mantém decisão que suspende blog que usava domínio da **Folha**”, o Tribunal de Justiça manteve a suspensão do nome de domínio “falhadespaulo.com.br”, que violou a marca do jornal.

21 FEV 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### TJ mantém decisão que suspende blog que usava domínio da Folha

DE SÃO PAULO - O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve sentença de primeira instância que determinou a suspensão definitiva (congelamento) do nome de domínio “falhadespaulo.com” na internet.

A decisão foi tomada ontem pela 5ª Câmara de Direito Privado, ao julgar apelação no processo em que a Empresa Folha da Manhã S.A, que edita a **Folha**, sustenta que o blog “Falha de S.Paulo”, criado pelos irmãos Mario e Lino Bocchini, violou a propriedade da sua marca. Cabe recurso.

Participaram do julgamento os desembargadores Moreira Viegas (relator), Edson Luiz de Queiroz (revisor) e Fábio Podestá.

Segundo a advogada Mônica Galvão, do escritório Rodrigues Barbosa, Mac Dowell de Figueiredo, Gasparian - Advogados, que representa a **Folha**, a decisão se baseou no direi-

to do jornal de proteger a sua marca e conteúdo.

“Ficou claro no julgamento que não procedem as alegações retóricas dos réus de que a conduta do jornal violava a liberdade de manifestação. A questão é de direito de marca”, afirma a advogada.

O advogado Luis Borrelli Neto, que representa os irmãos Bocchini, afirma que “respeita a decisão do tribunal, e mantém o entendimento de que a matéria não é de violação de marca, mas uma tentativa do jornal de restringir a liberdade de manifestação de humor crítico feito pelos jornalistas que publicam o site”.

Borrelli Neto diz que aguardará a publicação do acórdão para decidir se recorrerá da decisão no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal. “No nosso entendimento, é uma questão constitucional”, afirma.

24 FEV 2013

## FOLHA DE S. PAULO

# A advocacia voluntária

ARNALDO MALHEIROS FILHO E JOSÉ CARLOS DIAS

A advocacia é uma profissão. Quem a exerce tem direito a ser remunerado, através de honorários. Ela não oferece nenhuma garantia financeira ao profissional que, em contrapartida, goza de total independência em seu ministério.

Muitos advogados, com sua independência, decidem não cobrar honorários de certos constituintes que, a seu ver, não têm condições de pagar honorários no padrão em que estão habituados a receber.

Há cerca de dez anos, a seccional paulista da OAB editou uma resolução em que, incorporando o chamado “anglicismo em latim” (não é caso único), tratou do que chama de “advocacia pro bono”, fixando uma série de condições para que ela se exercesse, criando impedimentos sem previsão legal, extrapolando sua esfera de atuação.

Tudo para atender à numerosa massa dos chamados “convenientes”, advogados que aceitam nomeação para o patrocínio de necessitados, cobrando por isso do Estado, de acordo com uma tabela.

Isso não impede, obviamente, que quem quiser advogar sem cobrar assim o faça. Mas os convenientes pressionam a entidade dizendo que isso é “concorrência desleal” e lhes subtrai “mercado”. E a OAB, dada a expressividade eleitoral do grupo, encampa o raciocínio. Curioso que uma instituição tão preocupada, já no Estatuto e Código de Éti-

A OAB não deve punir a advocacia pro bono. Não há ética que se fira com o bem feito a quem precisa, e ainda sem nenhum custo ao Estado

ca, em vedar “características mercantis” na profissão, use os termos acima, tão desse naipe.

O tribunal de ética vem decidindo que pessoas físicas necessitadas só podem contar com patrocínio que custe ao Estado, não que lhe poupe algo, ainda que ínfimo, pois “pode ser interpretado como benemerência travestida de captação de clientela” (quis-se dizer o contrário, por certo). Atender sem cobrar seria antiético.

A captação de clientela, a despeito de amiudada nos diversos patamares da profissão, é infração grave, que merece punição. Não porém a atitude de quem se propõe a advogar de graça, pois aí não há “cliente” (já que nada paga), mas “constituinte”, com direito ao mesmo zelo e empenho que o advogado devota a suas causas remuneradas.

É sim possível captar clientela através da advocacia gratuita, especialmente quando o profissional se jacta disso em público ou se arroga o direito de “julgar” seus assistidos, a ver se a causa vale seu investimento. A ordem deve é punir a captação, não a mera atuação benigna. Não há ética que se fira com o bem

feito a quem precisa.

A única autoridade pública com poder legal de saber do advogado quanto ganha é a Receita Federal, mas somente se ganha. Do contrário, satisfações não são devidas.

O Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) adotou um modelo e convida outras instituições a segui-lo, especialmente para atender aos necessitados em questões cíveis.

Através de acordo firmado com a Defensoria Pública, que não custa um centavo ao erário, ela lhe encaminha uma cota mensal de casos de plenário de júri. O instituto recruta entre seus membros colegas que queiram prestar essa contribuição, obviamente sob controle de qualidade da defensoria.

Com isso, nenhum advogado se vangloria de trabalhar de graça; não recebe carentes que o procurem, é a defensoria quem escolhe os casos; não julga os assistidos, dando vida ao propósito maior do IDDD, a proclamação de que defesa é direito inalienável de todo cidadão, inocente ou culpado. Não há captação de clientela e, pois, qualquer impedimento ético na atuação voluntária.

Sorte teve o assistido do bom samaritano, pois este não conhecia tal “ética”.

ARNALDO MALHEIROS FILHO, 62, e JOSÉ CARLOS DIAS, 73, são advogados criminais e integram o Conselho Deliberativo do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)

24 FEV 2013

# FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

## Segundo round

A disputa pela vaga de Carlos Ayres Britto no Supremo Tribunal Federal entre Heleno Torres e Humberto Ávila virou uma guerra nos bastidores. O Palácio do Planalto breiou a escolha diante da informação de que os dois travaram “batalha sangrenta” em 2010 e 2011 por uma cadeira da Faculdade de Direito da USP. Torres conseguiu anular o concurso vencido por Ávila. Diante de sinais de revanche em curso, interlocutores dizem que Dilma Rousseff pode escolher um “tertius”.

**Dossiês** Aliados de Heleno Torres atribuem ao desafeto Ávila a tentativa de queimar o advogado pernambucano sob a justificativa de que ele é muito próximo do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, que enfrentou desgaste por conta da Operação Porto Seguro.

24 FEV 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## Polícia prende mais três médicos de hospital de Curitiba

Eles trabalhavam na equipe de Virgínia Souza, presa sob suspeita de provocar a morte de pacientes do SUS

Enfermeira também é procurada por policiais; advogados dos detidos dizem não saber se há acusações contra eles

LUIZA BANDEIRA  
DE SÃO PAULO

Três anestesistas que trabalhavam na equipe da médica suspeita de provocar a morte de pacientes em um hospital em Curitiba foram presos na manhã de ontem. Uma enfermeira ainda era procurada pela polícia até o início da noite.

Os quatro trabalhavam com Virgínia Souza na UTI do Hospital Universitário Evangélico, na capital paranaense. Ela está presa desde terça-feira (19) sob suspeita de homicídios qualificados. Segundo a polícia, há indícios de que pacientes do SUS tenham sido mortos para "liberar" vagas para outros que pagariam pelo serviço. Ela nega as acusações.

Os detidos ontem são os anestesistas Maria Israela Boccato, Edison Anselmo da Silva Júnior e Anderson de Freitas. As informações foram



A anestesista Maria Israela Boccato é detida por policiais

confirmadas pela defesa deles. De acordo com os advogados, a defesa da enfermeira afirmou que ela irá se apresentar à polícia até amanhã.

Segundo a Polícia Civil, os mandados de prisão temporária (de 30 dias) foram concedidos pela Justiça na sexta-feira. No mesmo dia, a prisão temporária de Virgínia foi convertida em prisão preventiva.

As defesas dos médicos afirmam que não tiveram acesso aos decretos de prisão nem ao inquérito policial. Por isso,

ainda não sabem se há acusações contra eles ou se foram detidos apenas para prestarem esclarecimentos.

A polícia apura a possível participação de outros funcionários da UTI do hospital na morte de pacientes. O inquérito está sob sigilo.

A prisão da médica motivou uma onda de registros de ocorrência por familiares de pessoas que morreram quando estavam internadas no local.

A direção do hospital diz já ter mudado a equipe da UTI.

23 FEV 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### Juízes devem ter férias de 60 dias?

NÃO

## Regra única para todos

**SERGEI COBRA ARBEX**

A judicatura tem uma nobre e difícil missão de dizer o direito, e a finalidade do direito é a realização da Justiça. Entendo que o magistrado deve ser o primeiro a defender a equidade, que é buscada pela lei.

Ao estabelecer que os magistrados dispõem de um período de férias dobrado em comparação aos demais trabalhadores brasileiros, na esfera pública ou na esfera privada, quebra-se o princípio da equidade que deve existir, a despeito das peculiaridades do cargo exercido.

O próprio Supremo Tribunal Federal, dentro de suas atribuições legais, estuda reduzir as férias dos magistrados de 60 para 30 dias, dentro de uma reforma da Lei Orgânica da Magistratura.

Há quem afirme que a produtividade da magistratura aumentaria com a redução do período de férias. Estudo da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro publicado por esta **Folha** afirma que o corte no período de descanso dos magistrados aumentaria a produtividade em “2 milhões de sentenças ao ano”.

Esse dado é relevantíssimo, principalmente diante de um Judiciário sobrecarregado, moroso e que não propicia em tempo razoável as respostas demandadas pelo jurisdicio-

nado. O Brasil possui 90 milhões de processo em tramitação, segundo o Conselho Nacional de Justiça. Foram ajuizadas em 2011 um total de 26,5 milhões de novas ações. O país conta com mais de 16 mil juízes, resultando na média de oito magistrados por 100 mil habitantes, uma situação similar a que encontramos em países europeus. Na Espanha, há dez juízes para cada 100 mil habitantes. Na Itália, onze por 100 mil.

A sociedade vem se expressando sobre o tema. Estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas, encomendado pela Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, apontou que para 44% dos entrevistados a Justiça melhorou, mas ainda é vista como lenta, cara, enviesada e influenciável.

A análise da questão deve ser avaliada dentro da realidade viva.

Certamente a função de julgar é desgastante, a carga de trabalho atual dos magistrados é pesada. Tenho plena convicção de que os juízes têm uma jornada longa, sem condições ideais, levam trabalho para casa, trabalham nos finais de semana e nas férias. Mas esse é o ônus de uma profissão voltada ao interesse público que, por isso mesmo, não comporta

qualquer tipo de distinção dos demais trabalhadores.

O período de descanso anual dos magistrados deve acompanhar os parâmetros definidos para os demais atores do Poder Judiciário, para que busquemos uma solução justa.

Aliás, os advogados, que precisam cumprir prazo processual, não têm um período definido para descanso anual. Há um projeto nesse sentido em tramitação no Congresso Nacional, que ainda não foi apreciado. Por isso mesmo, defendo que o Judiciário estabeleça férias forenses coletivas de um mês, para beneficiar o conjunto da comunidade jurídica, sem que a justiça pare, mantendo a atividade burocrática, mas suspendendo as audiências e os prazos processuais.

Certamente, a manutenção das férias de 60 dias para os magistrados — amparados nos mais diferentes argumentos — vem causando um desconforto em grande parte da sociedade, porque a democracia pede equanimidade e o Judiciário precisa encontrar um equilíbrio entre o que é justo e o que é ético.

SERGEI COBRA ARBEX, 40, é advogado criminal, professor de direito da Faap (Fundação Armando Álvares Penteado) e secretário-geral da Caixa de Assistência dos Advogados da OAB-SP (Caasp/OAB-SP)



23 FEV 2013

## FOLHA DE S. PAULO

SIM

# Judiciário: muito além dos factoides

NELSON CALANDRA

A emenda constitucional 45 de 2005, na chamada reforma do Judiciário, extinguiu as férias coletivas em primeiro e segundo grau, mantendo dois períodos de férias coletivas nos tribunais superiores.

Na reforma, ficou declarado algo que já existia há muitas décadas no nosso Judiciário: que o seu funcionamento é essencial e ininterrupto.

O Brasil, que é muito maior que Brasília, sempre conviveu com a magistratura de segunda a domingo, especialmente em locais distantes onde um só juiz atende áreas imensas.

Atualmente, nas comarcas maiores, há regime de plantão, porém a enorme falta de magistrados faz com que não haja compensação. Hoje, vivemos aquilo que o ministro Ayres Britto nominou de desprofissionalização do Judiciário — cada mais cargos vagos não são preenchidos.

A supressão da aposentadoria integral, com a obrigação de pagar, o magistrado, contribuição previdenciária sobre a totalidade do seu salário para receber ao final benefício limitado ao teto previdenciário, é algo que soa kafkaniano.

Suprimidas as férias coletivas no primeiro e segundo grau, fala-se agora em redução de um período de férias, como panaceia para resolver o problema da lentidão processual. Seria reduzir a atividade da magistratura para o mesmo patamar de outras categorias, que desfrutam de horas extras, jornada de trabalho limitada

e descanso semanal remunerado.

A política brasileira sempre procura localizar um factóide para desviar aquilo que deveria ser o foco. Não verificamos nenhuma proposta que traga para o Judiciário recursos financeiros suficientes para repor o atraso de várias décadas, motivada por um sistema burocrático, sem compromisso com a modernidade.

É engano pensar que a supressão de um período de férias que a lei complementar 35 concedeu em 1979 irá melhorar a Justiça brasileira. Quem acompanha as sessões do STF, com julgamentos criminais intrincados, com sessões nas turmas e no plenário seguidas por sessões no Tribunal Superior Eleitoral que adentram a madrugada, não pode em sã consciência propor supressão de férias.

Há menos que a intenção seja de ceifar a vida e saúde dos magistrados. Aquilo que a população vê na TV Justiça se repete em cada Estado. Muitos colegas presidem sessões no tribunal do júri que atravessam dias e noites. No fim de semana seguinte, respondem como plantonistas.

Será que a supressão de um período de férias é a resposta que o povo quer dar a uma magistratura que trabalhando diuturnamente e solucionou mais de 20 milhões de casos nos vários ramos do Judiciário, segundo o relatório de 2012 do CNJ “Justiça em Números”?

Vamos colocar luz sobre os factóides que aqueles que não atravessa-

ram quase quatro décadas de trabalho na magistratura, como nós, são incapazes de ver. É preciso investir no Judiciário, reequipar instalações físicas. Não é possível que pessoas sejam assassinadas em plena audiência, como ocorreu recentemente em São José dos Campos (SP), por falta de estrutura e segurança.

Não é possível que magistrados sofram atentados à bomba, como em Rio Claro (SP). Não podemos admitir que uma juíza, depois de um expediente que acabou às 23h, seja assassinada com 21 tiros na frente de sua família, como Patrícia Acioli.

A magistratura tem escrito com sangue, suor e lágrimas a história de um país que quer poder Judiciário independente e democrático.

Suprimir direitos, manietar a magistratura e o Ministério Público, tentar sufocar o movimento associativo, que atravessou períodos ditatoriais, que teve entre seus expoentes vários ministros do STF que entraram e saíram de cabeça erguida e nunca concordando com a violação de direitos fundamentais, como Vitor Nunes Lelal, Edgar Moura Bitencourt, Evandro Lins e Silva e tantos outros heróis, jamais será a solução adequada.

Que nosso debate receba as luzes da opinião pública e que estes tristes factóides se refugiem à sombra da mentira e do preconceito.

NELSON CALANDRA, 67, é presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros

23 FEV 2013

## FOLHA DE S. PAULO

# A volta do mensalão

Joaquim Barbosa conclui sua parte do acórdão e mantém pressão no STF para que julgamento chegue ao final e sentenças sejam cumpridas

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, dá indícios de que pretende manter neste ano o mesmo empenho com que conduziu, em 2012, o julgamento do mensalão.

O ministro não se limitou a terminar com 40 dias de antecedência a parte que lhe cabia na redação do acórdão do processo (ato que reúne os votos e informa oficialmente a decisão da corte). Também enviou ofício para comunicar o fato aos demais colegas.

Por si só, e ainda mais por ter partido de quem partiu, o gesto já se caracterizava como pressão discreta para acelerar o trabalho de todos os ministros. Mesmo assim, Barbosa foi explícito: “Minha parte está feita, e espero que os outros preparem sua parte”.

Seria difícil crer que algum membro do STF pudesse desconhecer a importância de que o acórdão seja finalizado o mais cedo possível. Antes disso, os réus não podem apresentar seus recursos; portanto, o julgamento fica, em certo sentido, paralisado.

Mesmo após a conclusão dessa etapa, que depende da diligência de cada um dos ministros, haverá ainda um longo caminho pela frente antes que as decisões possam alcançar alguma “efetividade”, pa-

ra usar expressão do procurador-geral da República, Roberto Gurgel. Ele próprio aposta que levará um ano para que as sentenças venham a ser cumpridas.

Uma vez concluído o acórdão —que possivelmente se estenderá por mais de 10 mil páginas—, os advogados terão prazo de cinco dias para recorrer. Em seguida, deverão ser marcadas novas sessões para que todos os embargos (recursos) sejam julgados.

Só quando não houver mais possibilidade de recorrer é que as sanções poderão ser aplicadas. Entre os 37 réus, 25 foram condenados; 11 devem cumprir a pena inicialmente na prisão. Também é só após o trânsito em julgado que os deputados José Genoíno (PT-SP), João Paulo Cunha (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP) perderão seus mandatos.

É de prever, nesse contexto, que os advogados envidem todos os esforços para tentar melhorar a sorte de seus clientes. Caberá aos defensores mostrar, se for o caso, que os ministros exageraram na aplicação da punição, por exemplo, ou que foram contraditórios em determinados trechos da sentença.

Não se descarta, porém, que vários dos advogados façam uso ilegítimo das hipóteses de recurso previstas na lei, explorando-as apenas para retardar a execução da pena.

Os ministros decerto estarão atentos a esses ardis. Rejeitar manobras meramente protelatórias é tão importante para a Justiça quanto garantir o direito de defesa.

23 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

# No ES, mulher ameaçada terá 'botão de pânico' contra ex

Dispositivo que será lançado no dia 4  
envia mensagem à polícia e à Justiça

**Alvo são vítimas já protegidas pela Justiça; taxa de homicídios de mulheres no Estado é maior do país**

Um dispositivo apelidado de "botão do pânico" deverá ser a nova arma de mulheres do Espírito Santo contra ex-parceiros agressores. O Estado tem a maior taxa de assassinatos de mulheres do país —o dobro da média nacional.

Com cerca de cinco centímetros e um chip interno igual aos de celulares, o aparelho poderá ser levado na bolsa para, quando acionado, enviar uma mensagem à polícia e à Justiça alertando, por exemplo, a aproximação de um potencial agressor.

Caberá à própria mulher apertar o botão em situações que considerar de perigo. A mensagem dará à polícia, pelo sistema GPS, as coordenadas de onde ela está.

Não há aparelho semelhante em outros Estados.

O botão será lançado em 4 de março pelo Tribunal de Justiça capixaba, que mantém uma coordenadoria específica para tratar de casos de violência doméstica.

O público-alvo são as mulheres já protegidas por medidas judiciais, previstas na Lei Maria da Penha, como as que determinam que o homem saia do lar ou mantenha uma distância mínima delas.

Nos últimos cinco anos, a Justiça do Estado concedeu 13,6 mil medidas protetivas a mulheres que se queixaram de agressões ou ameaças.

## MAPA

Segundo o Mapa da Violência 2012, estudo feito em todo o país a partir de dados de homicídios computados pelo SUS (Sistema Único de Saúde), o Espírito Santo é o Estado com a maior taxa de assassinatos de mulheres: 9,8 casos para cada 100 mil mulheres. A média no Brasil é de 4,6 homicídios por 100 mil.

"A Lei Maria da Penha é boa, mas costume dizer que por um pequeno cochilo do legislador faltou [prever] a fiscalização [do cumprimento] das medidas protetivas", afirma a juíza Hermínia Azoury, responsável pela coordenação de violência doméstica.

"O juiz determina ao agressor: você não pode chegar a menos de 500 metros da mulher. Mas o juiz vai fiscalizar?

Ou o promotor vai? E inviável, tem que ter um mecanismo", diz a juíza.

O aparelho é fabricado na China e, segundo o TJ, cada unidade custará até R\$ 80 para ser importada.

## AO MESMO TEMPO

Mesmo antes do lançamento, a ideia já causa polêmica.

A **Folha** apurou que a cúpula da Secretaria Estadual de Segurança Pública teme que seja impraticável caso muitas mulheres apertem o botão ao mesmo tempo, o que congestionaria o trabalho da polícia.

Para a professora da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo) Vanda Valadão, do Núcleo de Estudos da Violência, essa é "uma medida positiva", desde que "equacionada a questão do efetivo policial" para esse fim.

**CONTINUA**

23 FEV 2013

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

**“O juiz determina ao agressor: você não pode chegar a menos de 500 metros da mulher. Mas o juiz vai fiscalizar? Ou o promotor vai? É inviável, tem que ter um mecanismo**

**HERMÍNIA AZOURY,**  
juíza responsável pela coordenadoria de violência doméstica no Espírito Santo

## BOTÃO DO PÂNICO

Aparelho poderá ser acionado por mulheres do ES

### O QUE É

Aparelho tem chip interno igual aos de celulares. Acionado, envia uma mensagem para uma central fiscalizadora, composta por policiais e membros do Judiciário

### GRAVAÇÃO

O aparelho passa a gravar o som ambiente, desde que a mulher autorize essa função; assim, a polícia pode monitorar o caso à distância, e as gravações podem servir de prova

### USO

Para a Justiça, o botão também tem função preventiva: sabendo do dispositivo, o homem se sentirá inibido a descumprir a ordem de manter distância

### CUSTO

O aparelho custa US\$ 18 na China, onde é fabricado, e sairia por até R\$ 80 a unidade para ser importado



## Estados com maiores taxas de homicídio de mulheres

Por 100 mil habitantes, com dados de 2010

1º	Espírito Santo	9,4
2º	Alagoas	8,3
3º	Paraná	6,3
4º	Paraíba, Pará e MS	6
26º	São Paulo	3,1

Fonte: Mapa da Violência 2012

**23 FEV 2013**

## **FOLHA DE S. PAULO**

### **CASAL NARDONI JUSTIÇA NEGA PEDIDO PARA ANULAR JÚRI**

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) negou pedido de Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá —condenados em 2010 pela morte da filha dele, Isabella— para a anulação do julgamento. O recurso foi negado pela ministra Laurita Vaz. A defesa pode recorrer da decisão.

23 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

# Mortes em UTI de Curitiba geram onda de suspeitas

Após prisão de médica em Curitiba, cerca de 60 novos casos são registrados

**Relatos darão origem a novos inquéritos contra Virgínia Helena Soares Souza; investigação atual apura seis mortes**

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

A prisão de uma médica suspeita de provocar a morte de pacientes em um hospital de Curitiba motivou uma onda de acusações por parte de familiares de pessoas que morreram quando estavam internadas no local.

Cerca de 60 novos depoimentos foram colhidos desde terça-feira no casarão do Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde, dez vezes o total de casos do inquérito — que oficialmente investiga seis mortes, segundo apurou a **Folha**.

A técnica de enfermagem Edinéia de Lima Leal, 27, procurou ontem a polícia para relatar a morte do irmão Ewerton Virgílio Leal, 21.

Ele morreu no ano passado na UTI do Hospital Universitário Evangélico, de parada respiratória, depois de sofrer um acidente de motocicleta e ficar tetraplégico.

Foram 30 dias de internação no setor chefiado pela médica Virgínia Helena Soares Souza, 56, indiciada sob suspeita de homicídio qualificado — ela nega a acusação.

“O quadro dele era grave por causa da perda de movimentos. Mas era um menino de 21 anos, supersaudável”, afirmou Edinéia à **Folha**.

Segundo ela, o irmão chegou a dizer que queriam matá-lo, retirando o oxigênio dele várias vezes. “Nós não temos prova, mas queremos que investiguem”, disse. O hospital confirma que Ewerton esteve internado na UTI.

Segundo policiais, os novos casos são registrados e darão origem a outros inquéritos. Será analisado se os relatos são verossímeis e, se comprovadas irregularidades, poderão ser anexados à investigação principal.

Uma ex-paciente do hospital disse ao “Jornal Nacional” que ficou internada em dezembro passado e ouviu a médica mandando que desligassem seus aparelhos.

Ela disse que, na ocasião, escreveu um bilhete pedindo para que fosse retirada de lá.

Ontem, o “Jornal Hoje”, da mesma emissora, exibiu depoimento de uma ex-técnica

de enfermagem que disse ter visto um colega injetando uma seringa em um paciente de 83 anos, em 2009, após conversa com Virgínia.

“Minutos depois, ela [a idosa] foi a óbito”, disse a mulher, que não se identificou.

## INFILTRADO

As investigações começaram há um ano. Durante a apuração, um policial ficou infiltrado por cerca de dois meses na UTI como auxiliar de enfermagem. Outros servidores do hospital são investigados. A direção da unidade diz já ter mudado a equipe de profissionais da UTI.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

23 FEV 2013

## Será a maior gafe da história da Polícia Civil, afirma defesa

A médica Virgínia Helena Soares Souza declarou, em carta à imprensa, que é vítima do “maior erro investigativo e midiático da história”.

A chefe da UTI geral do Hospital Universitário Evangélico disse que as investigações contra ela são uma mostra de que “o livre exercício da medicina está em risco no Brasil”, já que a polícia vem “colocando em dúvida [...] os procedimentos e critérios científicos” da profissão.

“Da leitura atenta do inquérito não está provada sequer a existência do fato”, afirmou a médica, na carta.

A defesa também diz que não há provas de homicídio. “Os pacientes morreram pelas causas declaradas no atestado de óbito, que nem é feito pela dra. Virgínia”, diz o advogado Elias Mattar Assad.

A defesa deu ontem entrevista com a participação de ex-pacientes e funcionários de Virgínia —que refutaram as acusações— e deu ênfase à possibilidade de pacientes em UTIs sofrerem alucinações e descontrole motor.

Para eles, muitas das denúncias de ex-pacientes que vieram à tona agora são fruto dessa condição clínica. Médicos ouvidos pela reportagem confirmaram que a situação é comum em UTIs.

Assad disse que irá pedir a quebra do sigilo da investigação. “Essa será a maior gafe da história da Polícia Civil do Paraná.” A Polícia Civil informou que não comentaria.

23 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

# Condenado a 33 anos, Gil Rugai pode recorrer livre

Por 4 votos a 3, jurados entenderam que réu matou o pai e a madrasta em 2004

**Por ser réu primário, ele não será preso imediatamente; para juiz, Rugai é 'perigoso' e 'dissimulado'**

Nove anos depois do crime, Gil Rugai, 29, foi condenado ontem em São Paulo a 33 anos e 9 meses de prisão pelo assassinato de Luis Carlos Rugai, 40, seu pai, e Alessandra Troitino, 33, sua madrasta.

A decisão dos jurados foi apertada: 4 votos a 3. Gil terá, no entanto, o direito de recorrer em liberdade.

A maioria do júri entendeu que ele matou a tiros o casal, na casa onde viviam em Perdizes (zona oeste), em 2004.

A maior parte também considerou que o crime foi cometido por motivo torpe: a expulsão de Gil de casa e da empresa de seu pai após a descoberta de que havia desviado dinheiro da companhia.

Em sua sentença, o juiz Adilson Paukoski Simoni afirmou que Gil manteve, nos cinco dias do julgamento, uma "aparência de bom moço, o que demonstra sua personalidade intensamente dissimulada". Ainda segundo o magistrado, isso confirma que ele é uma pessoa "extremamente perigosa".

O rapaz terá o direito de recorrer em liberdade por ser réu primário e por causa de recursos, em tramitação no Supremo, sobre prisões decretadas anteriormente no caso.

## CONFUSÃO

A sentença do júri foi marcada por confusão no Fórum da Barra Funda (zona oeste).

Após os debates entre acusação e defesa, o juiz se dirigiu às 16h à sala secreta com os jurados, onde houve a votação.

Às 16h25, o promotor Rogério Leão Zagallo subiu ao plenário e fez um gesto com os punhos fechados, celebrando a vitória. Depois, desceu à plateia e abraçou a mulher. Ouviu dela um "parabéns".

As partes ficam sabendo da decisão antes do público.

O gesto do promotor causou comoção entre as 260 pessoas que assistiam à sessão. Parte aplaudiu. Outra repudiou. Uma pessoa gritou: "Absurdo!". Outra: "Justiça!". E uma gritaria generalizada começou.

O juiz pediu então que todos fossem retirados do plenário, enquanto calculava a pena.

Do lado de fora, o advogado Thiago Gomes Anastácio abraçou Léo Rugai, irmão de Gil. Ambos estavam emocionados. A cena foi aplaudida por parentes e amigos.

Na outra porta, o promotor abraçava o delegado Rodolfo Chiareli, que conduziu o inquérito. Ouviu de uma pessoa: "Você é um pilantra sem ética. Nunca vi um promotor sair comemorando a sentença".

O julgamento só foi retomado às 18h46, com a leitura da sentença. Gil escutou o juiz aparentando calma e com a cabeça erguida, como em grande parte do julgamento.

Sua mãe, Maristela Grego, e seu irmão ficaram na plateia impassíveis; depois, foram abraçados por parentes.

## DEBATES

O júri foi convencido pela argumentação do promotor, que se alternou entre gritos e sussurros. "Jurados, foi o Gil Rugai. Não há dúvidas."

Primeiro a falar, ele apresentou aos jurados um Gil Rugai de "personalidade dupla, com um perfil que tangencia entre a normalidade e psicopatia".

Mostrou depoimentos de conhecidos que disseram que ele afirmara que "seria mais feliz se o pai morresse" e se referia a Luis como "fedido".

**CONTINUA**



# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

23 FEV 2013

## Possibilidade de recursos deixa indefinida a data de prisão

Ao conseguir o direito de recorrer em liberdade da condenação de ontem, o ex-seminarista Gil Rugai deve seguir longe da prisão nos próximos anos, até que se esgotem os recursos disponíveis.

A situação se assemelha ao que aconteceu com o jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves, que, mesmo réu confesso, esperou por mais de cinco anos para ver seu processo “transitado em julgado”, o termo técnico para explicar os fins dos recursos.

“Ele [Gil Rugai] vai continuar em liberdade até o trânsito em julgado. A não ser que ele dê motivos para a decretação de nova prisão”, afirma o advogado Roberto Delmanto.

Gil Rugai pode apelar da decisão ao Tribunal de Justiça, com pedidos de anulação do júri ou redução de pena, e aos tribunais superiores em Brasília (STJ e STF), para anulação do julgamento.

“É um direito constitucional, mas tem que ser revisto. A Constituição traz besteiras como essa. Não é assim que se faz uma nação inteligente, civilizada”, diz o procurador Edilson Mougenot Bonfim.

Como o réu está em liberdade, a tramitação do processo ocorre mais lentamente. Os tribunais dão prioridade aos réus que estão presos.

Pimenta Neves, após ser preso em 2011, disse a policiais ter sido um erro adiar a prisão. “Eu preferia ter começado a cumprir minha pena logo após o julgamento. Só assim teria voltado a ser um homem normal, que vai ao restaurante ou à padaria.”

## CONTINUAÇÃO

A defesa tentou deixar os jurados em dúvida. Disse que a polícia falhou em comprovar as fraudes financeiras.

Também mostrou uma conta telefônica de um vizinho, que teria ligado para um vigia da rua logo após ouvir os disparos. A ligação, segundo a conta, foi às 22h13. Às 22h10, Gil estava em sua empresa, nos Jardins, conforme outra conta que mostrava uma ligação que fez de um telefone fixo para uma amiga.

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

23 FEV 2013

LUÍZ FLÁVIO GOMES

## Silêncio do réu diante do júri foi decisivo para a condenação

Apesar da luta hercúlea dos advogados de defesa, que pugnaram bravamente pela absolvição do réu, Gil Rugai acabou sendo condenado pelos jurados pela morte do pai e da madrasta, crime que ocorreu em 2004.

Desde o princípio deste julgamento, sabia-se da existência de muitos indícios contra ele — e todos foram sabiamente e devidamente explorados pela Promotoria.

Estou convencido de que outros dois fatores foram decisivos para o desfecho condenatório: a composição qualificada do conselho de sentença — que não se deixou levar pela emotividade nem se perdeu no emaranhado dos detalhes periféricos do caso.

E também o interrogatório do réu, que escancarou, com todas as evidências imagináveis, absoluta falta de convicção sobre sua inocência.

O inocente grita, esperneia, contesta tudo com veemência, clama por justiça, luta com todas as forças pela sua liberdade e olha com firmeza e segurança, sem ser agressivo, para seus juizes.

O inocente jamais proclama, já se dando por perdedor, que não adianta nada falar da sua inocência. Adianta, sim — e muito!

Depois do trânsito em julgado da condenação, isto é, quando esgotados todos os recursos, inicia-se o cumprimento de apenas um sexto da pena no regime fechado, porque os crimes foram cometidos antes da nova lei, que já elevou essa proporção para 40% da pena total.

O juiz, mesmo diante de todos os clamores populares e midiáticos, não decretou a prisão imediata do réu, seguindo a jurisprudência e o Estado de Direito vigentes.

O problema não está em respeitar as garantias constitucionais, mas sim na morosidade absurda da Justiça, que demora muito para dar resposta à sociedade.

LUÍZ FLÁVIO GOMES, 55, é advogado criminalista e diretor-presidente do Instituto Avante Brasil.

23 FEV 2013

## FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

### SABER JURÍDICO

O deputado João Paulo Cunha (PT-SP) foi aprovado no vestibular. Ele vai estudar Direito no IDP (Instituto Brasileiro de Direito Público). A escola tem entre seus sócios o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), que condenou o parlamentar no julgamento do mensalão.

#### SABER 2

Cunha já tinha estudado Direito numa faculdade de Osasco (SP), mas trancou a matrícula há alguns anos. Faltam apenas dois para se formar. Caso seja preso no meio do curso —ele tem que cumprir pelo menos um ano e seis meses em regime fechado—, pretende estudar à distância, de dentro da cela.

#### SOMA

Caso consiga estudar e trabalhar, Cunha pode ter a pena reduzida. A lei prevê que, para cada três dias “produtivos”, um seja descontado do tempo de prisão.

#### CARTEIRINHA

Massami Uyeda, 70, ex-ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), recebeu a carteira de advogado das mãos do presidente da OAB-SP, Marcos da Costa. Com 35 anos de magistratura, Uyeda se aposentou no ano passado.

### STF vai discutir a questão dos vetos presidenciais na 4ª

**DE BRASÍLIA** - O Supremo Tribunal Federal marcou para quarta-feira a sessão para decidir se o Congresso é obrigado a votar em ordem cronológica mais de 3.000 vetos presidenciais que estão acumulados há mais de uma década no Legislativo.

Pressionado pelo Planalto e pelo Congresso, o relator do caso, ministro Luiz Fux, liberou o processo para votação em plenário. No julgamento, os ministros vão avaliar a decisão de Fux que obrigou os parlamentares a apreciarem os vetos respeitando a ordem cronológica.

A Constituição determina que os vetos devem ser analisados pelo Congresso em no máximo 30 dias; caso contrário, as outras votações devem ser suspensas. Nos últimos anos, por acordo político, isso não tem ocorrido e o Congresso escolhe que vetos serão votados.

### PAINEL DO LEITOR

#### Juízes

Os juízes do Trabalho defendem, por todos os meios, o privilégio de gozar 60 dias de férias anuais. Isso prova que os juízes do Trabalho não são, realmente, apaixonados pelo trabalho.

RENATO BARBIERI (São Paulo, SP)

#### Sistema penal

O sistema penal brasileiro não dá medo em ninguém, e muito menos nos bandidos. Com seu regime de progressão de penas, de regalias como liberdade condicional, regimes aberto e semiaberto, redução de pena, é uma verdadeira “mãezona” para o criminoso. As reformas que estão sendo feitas no Código Penal não vão atender aos anseios do povo. Com as leis penais vigentes, a vítima de violência se encontra desamparada pelo Estado. Para o infrator, condescendência; para a vítima, condolência.

MARCELO DE LIMA ARAÚJO (Mogi das Cruzes, SP)

23 FEV 2013

FOLHA DE S. PAULO

# Justiça dos Estados Unidos dá a avó o direito de visitar Sean

Decisão julgou procedente o pedido de visitação,  
mas não estabeleceu data

**Corte considerou  
inválidas exigências  
feitas pelo pai; menino  
foi levado para os EUA  
em dezembro de 2009**

Avó materna Sean Goldman, 12, a empresária Silvana Bianchi obteve na Justiça americana o direito de rever seu neto. Após intensa briga judicial, o menino foi levado para os EUA pela pai, na véspera do Natal de 2009. Silvana nunca mais o viu.

Em decisão proferida há três semanas, a Suprema Corte de Nova Jersey julgou procedente o pedido de visitação feito por Silvana.

Foi a segunda decisão favorável obtida pela avó do menino na Justiça dos Estados Unidos. Em julho do ano passado, a divisão de apelações da Corte Superior de Nova Jersey tinha decidido que ela poderia continuar sua disputa pelo direito de rever o neto.

Na época, os juízes sugeriram que a avó e o pai do menino, o norte-americano David Goldman, tentassem um acordo para a visitação. Caso não conseguissem, haveria nova audiência. O acordo não aconteceu.

## EXIGÊNCIAS

Na nova decisão, a corte norte-americana também considerou que as exigências feitas por Goldman para permitir a visita não deveriam ser levadas em consideração.

Em carta encaminhada aos advogados da família brasileira em 2010, o pai de Sean estabelecia como condições para permitir a visita o pagamento dos gastos que tivera com o processo, no valor aproximado de US\$ 200 mil, e a desistência, por parte da família brasileira, de todas as ações que tramitam aqui.

“O que os juízes disseram é que não é possível ser do jeito que ele [Goldman] queria, mas não determinaram como deve ser, nem a data da visita. Então, ainda não estou com as malas prontas”, disse Silvana à **Folha**.

Procurado, Ricardo Zama-riola, um dos advogados de Goldman, não quis se pronunciar sobre a decisão.

## DISPUTA

A disputa pela guarda de Sean começou em agosto de 2008, quando sua mãe, Bruna, morreu durante o parto de sua segunda filha, Chiara.

Bruna e Goldman tinham se divorciado e ela voltara para o Brasil com o menino, sem autorização do pai.

A partir daí, os avós maternos e o americano iniciaram uma disputa pela guarda de Sean, que envolveu até mesmo os governos brasileiro e americano.

Por decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), Sean, atualmente com 12 anos, foi levado de volta para os Estados Unidos em dezembro de 2009.

“Ela só quer o direito de visitar o neto, não há nenhum pedido em relação à guarda. Agora, vamos esperar pela execução da sentença”, explicou Carlos Nicodemos, advogado de Silvana Bianchi.

25 FEV 2013

METRO

# STF completa 101 dias sem o 11º ministro

**demora.** Dilma Rousseff ainda avalia substituto de Ayres Britto, que se aposentou. Corte está desfalcada desde novembro do ano passado

Segredo guardado a sete chaves, a indicação de um novo ministro para o STF (Supremo Tribunal Federal) ocorrerá nos próximos dias. A presidente Dilma Rousseff anunciará o escolhido para substituir o ministro Ayres Britto, que se aposentou em novembro ao completar 70 anos.

A vacância do cargo completa hoje 101 dias. Considerando as indicações anteriores, o prazo está acima da média. O índice de demora da presidente é de 96 dias, e a espera já é a terceira mais longa.

Nos últimos três meses, sobraram currículos encaminhados ao gabinete presidencial. Dilma tinha a intenção de fazer uma indicação rápida, o que mobilizou o meio jurídico, mas depois recuou para não errar na escolha.

A presidente procura um perfil técnico, discreto, com reconhecimento profissional e, de preferência, distante de vinculações políticas.

Essa será a quarta indicação de Dilma Rousseff ao STF. As três primeiras prestigiaram ministros que já ocupavam cargos em outros tribunais superiores.

7,9

mil processos serão herdados pelo novo ministro do STF, incluindo a relatoria do mensalão mineiro.

## Prazo de vacância

Veja o tempo entre a aposentadoria e posse de novos ministros.

- **133 dias.**  
Rosa Weber na vaga de Elen Gracie, aposentada em 8 de agosto de 2011.
- **101 dias.**  
Prazo de vacância para substituto de Ayres Britto, que se aposentou em 16 de novembro de 2012.
- **90 dias.**  
Teori Zavascki no lugar de Cezar Peluso, aposentado desde 31 de agosto de 2011.
- **61 dias (\*).**  
Luiz Fux como substituto de Eros Grau, que deixou o cargo em 2 de agosto de 2010.  
\* (A indicação foi herdada do ex-presidente Lula e demorou ao todo 213 dias).

Luiz Fux saiu do STJ (Superior Tribunal e Justiça) e tomou posse em março de 2011. Em seguida, Rosa Weber deixou o TST (Tribunal Superior do Trabalho) e assumiu o cargo em agosto de 2011. A última indicação foi de Teori Zavascki, que também fazia parte do STJ e está no STF desde novembro do ano passado.

Pela primeira vez, o indicado poderá sair do Ministério Público, ser um juiz de carreira ou um advogado. A decisão está com Dilma.

CONTINUA

25 FEV 2013

# METRO

CONTINUAÇÃO

## Veja o perfil dos principais cotados

A presidente tem dado preferência aos integrantes de tribunais, mas procuradores, juizes e advogados também estão no páreo, segundo apostas do meio jurídico



**Eugênio Aragão**

Cargo atual: subprocurador da República.

Especialidade: direito internacional.

Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ).

Idade: 53 anos.

**Heleno Torres**

Cargo atual: professor da USP.

Especialidade: direito tributário.

Naturalidade: Recife (PE).

Idade: 45 anos.



**Benedito Gonçalves**

Cargo atual: ministro do STJ.

Especialidade: direito processual civil.

Naturalidade: Rio de Janeiro (RJ).

Idade: 53 anos.



**Humberto Ávila**

Cargo atual: chefe do departamento econômico da UFRS.

Especialidade: direito tributário.

Naturalidade: Porto Alegre (RS).

Idade: 43 anos.



**Luís Roberto Barroso**

Cargo atual: advogado criminalista.

Especialidade: direito penal.

Naturalidade: Vassouras (RJ).

Idade: 54 anos.

**Ali Mazloum**

Cargo atual: juiz federal.

Especialidade: direito penal.

Naturalidade: São Paulo (SP).

Idade: 53 anos.



25 FEV 2013

METRO

# Pedido de liberdade de médica será feito hoje

**Evangélico.** Mais três médicos foram presos. Manifestantes 'abraçaram' ontem o hospital

## Defesa pede liberdade de Virgínia Soares

Advogado da médica acusada de homicídios na UTI do Hospital Evangélico promete buscar a Justiça hoje. Mais três médicos foram presos. Ontem, manifestantes 'abraçaram' a entidade

O advogado Elias Mattar Assad promete entregar hoje à Justiça o pedido de liberdade da médica Virgínia Soares de Souza, acusada de pelo menos seis homicídios na UTI do Hospital Evangélico.

Assad afirma ter conseguido acesso ao inquérito apenas na quinta-feira, dois dias após a prisão dela. "Não adianta fazermos um pedido pela metade, queremos deixá-lo o mais completo possível", disse.

A tese da defesa será de que não houve crime no hospital. "Todos os laudos das causas das mortes, assinados por outros médicos e até no IML (Instituto Médico Legal), são os mesmos determinados na UTI do Evangélico", afirmou ele na última sexta-feira.

Em nota, Virgínia classificou o caso como "o maior erro investigativo e midiático da nossa história".

No sábado, a Justiça decretou mais quatro prisões: de três médicos anestesistas e de uma enfermeira. Até ontem, apenas os médicos haviam se apresentado.

A Polícia Civil trouxe novo fato, de que Virgínia Soares não era intensivista e, portanto, não tinha especialização para o cargo que ocupava.

### Manifestações

Em defesa do corpo clínico e da história do Evangélico, manifestações ocorreram no fim de semana. Ontem, cerca de 500 pessoas deram um abraço simbólico no hospital. Os organizadores dizem que o movimento "não se posiciona sobre o julgamento dos acusados de diversos crimes".

Em nota, o Conselho Regional de Medicina frisou a confiança no corpo clínico e disse que não recebeu nenhuma denúncia e que pediu à polícia informações para abrir sindicância, já que não teve acesso às investigações.

O Ministério Público do Paraná também emitiu nota, afirmando que as investigações "não atrapalham o qualidade dos serviços prestados" no hospital.

No sábado, o prefeito Gustavo Fruet (PDT) foi ao Evangélico. Ontem, a visita foi do secretário de Estado da Saúde, Michele Caputo Neto. Ambos frisaram a importância das investigações policiais e ressaltaram a confiança que têm no trabalho do corpo clínico da instituição, que beneficia a todos os paranaenses.

25 FEV 2013

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## CARTAS

(correspondências para a coluna: aroldo@cienciaefe.org.br)

### DEMETERCO OBSERVA POSIÇÃO DE CHURCHILL



Antenor Demeterco Jr.

O leitor assíduo da coluna, Antenor Demeterco Junior, amplo conhecedor da História da II Guerra Mundial, fez observações sobre recente livro do historiador britânico David Staffor, em correspondência, cujo conteúdo transcrevo:

“Caro Professor David Stafford:

Ilmo. Diretor de Projetos do Centro de Estudos sobre a Segunda Guerra Mundial – Universidade de Edimburgo – Escócia.

O seu livro sobre o pós – guerra é simplesmente monumental.

Após cessarem os combates a Europa desorganizada conviveu com vinganças, doenças, fome, recolocação de populações, a notícia medonha dos crimes alemães nos centros de concentração, pilhas de cadáveres insepultos, etc.

Tenho uma modesta observação a ser feita com relação a postura do primeiro ministro Churchill, com relação a chefes nazistas capturados (“Fim de jogo, 1945” pag.474).

Churchill nunca pregou a simples eliminação dos mesmos, “sem Julgamento”, como V.S. afirmou.

Foi ele o grande salvador da Civilização Ocidental e de seus princípios ao não entrar em acordo com o ditador austro – alemão, após a queda da França. Nos entendimentos entre os aliados, ocorridos na Criméia, o ditador soviético propôs ,brincando, simples fuzilamentos para os criminosos guerra.

Para o autocrata o fuzilamento de 50. 000 de destacados oficiais e técnicos alemães resolveria o problema da Alemanha.

Churchill, homem de convicções jurídico – democratas, deu uma lição inesquecível aos brincalhões de mau gosto, com as seguintes afirmações:

“O povo inglês e o Parlamento jamais vão tolerar execuções em massa... Eu preferiria ser levado para o jardim aqui, agora, e ser eu mesmo fuzilado, a conspirar minha honra e a de minha pátria numa infâmia dessas”.

O episódio é narrado, detalhadamente, pelo biógrafo do primeiro - ministro Lord Roy Jenkins, “in” “Churchill” ,págs.664-665.

A brincadeira teve adesão de Elliott Roosevelt, o segundo filho presidencial, “nepoticamente presente”.

Churchill deixou a mesa contrariado e “emburrado”, ocasião em que o ditador soviético fez-se em sorrisos e afirmou que se tratava de uma simples brincadeira.

Tal cena mostra que Churchill nunca teve a “antiga convicção de que todos os chefes nazistas deveriam ser fuzilados sem julgamento”, como V.S. afirma. Prefiro acreditar no próprio Churchill. A presente comunicação é despretensiosa, uma mera contribuição de leitor. Cor- diais saudações, Curitiba, 22.02.2013

Antenor Demeterco Junior  
Tribunal de Justiça – Pr. – Brasil



25 FEV 2013

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Corregedoria implanta sistema eletrônico de contagem de processos

O corregedor-geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Frederico Neves, implantou o Módulo Eletrônico de Contagem dos Processos Físicos na 11ª Vara de Família da capital na última quarta-feira (20/2). O evento contou com a presença da juíza assessora especial da Corregedoria, Mariana Vargas, do juiz corregedor auxiliar da 3ª Região, Saulo Fabianne, da juíza titular da Serventia, Paula Malta, e da secretária de Tecnologia (Setic) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Norma Lyra.

Após a implantação, as equipes da Corregedoria e da 11ª Vara de Família do Recife iniciaram a contagem eletrônica dos processos que tramitam na unidade judiciária, utilizando a ferramenta inaugurada. A nova sistemática, que utiliza a leitura ótica de códigos de barra,

permitiu que a contagem fosse concluída em tempo recorde: em apenas 4 horas e 7 minutos, todos os processos em tramitação que se encontravam fisicamente na vara foram considerados. O trabalho foi iniciado às 9h17 e encerrado às 13h24.

Na ocasião, o corregedor-geral lembrou que a necessidade de garantir a consistência dos dados estatísticos mensalmente encaminhados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em cumprimento à Resolução nº 76/2009 do órgão, levou a Corregedoria a instituir o Programa Corregedoria em Ação – Somando Esforços para Atualizar o Acervo Virtual do TJPE, por meio do Provimento CGJ-PE nº 10/2012.

“O objetivo do programa é apoiar as varas na realização da contagem

dos processos e na atualização das informações do Sistema Judwin para garantir que o sistema informatizado espelhe, com exatidão, o real acervo das unidades” afirmou Frederico Neves.

### REDUÇÃO-

O Projeto Piloto do Programa foi implantado em dezembro de 2012, nas Varas de Família da capital. Em todas as unidades em que o trabalho já foi realizado, houve diminuição dos acervos. Na 1ª Vara de Família, a redução foi de 17%, e, na 2ª, de 32%. O resultado mais impactante, no entanto, ocorreu na 4ª Vara de Família da capital, onde o acervo foi diminuído em 73%. Antes da contagem, a vara possuía 6.335 processos em tramitação, segundo o Judwin, e, hoje, após o trabalho, a unidade possui 1.806 feitos.

23 FEV 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## MILITÃO



*A desembargadora Lidia Maejima, sempre elegante, aniversariou ontem e, muito estimada, recebeu os abraços de colegas de Tribunal de Justiça e de seus amigos*

23 FEV 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## Casal é preso por negociar adoção de criança

**Mãe biológica se apresentou em  
maternidade com nome falso,  
mas se arrependeu do acordo depois do parto**

**Bela Vista do Paraíso** - Um casal do interior de São Paulo foi preso ontem em Bela Vista do Paraíso (Região Metropolitana de Londrina) ao tentar negociar a adoção ilegal de um menino, que havia nascido na noite anterior. A mãe da criança, que se arrependeu de fazer o negócio, foi ouvida pela polícia e liberada em seguida.

A mãe biológica, moradora de Ibiporã, se internou na Maternidade São Jorge utilizando o nome da "futura mãe" para que o casal não tivesse dificuldade em sair com a criança do hospital. O marido e a mulher vieram de Pirapozinho (SP) para concretizar a adoção. O casal foi detido no momento que ia para a maternidade para buscar a criança.

"Quando estava grávida, a mãe comentou com amigos que pensava em colocar para adoção o menino, pois já tinha outros dois filhos e não teria condições de criar mais um. Essa informação chegou ao casal, que tem parentes em Bela Vista. Por isso a cidade foi escolhida para a realização do parto e também porque a mãe biológica não era conhecida por ninguém", explicou o delegado Maurício de Oliveira Camargo.

Segundo a polícia, o casal, que não tem filhos, está em uma lista de adoção de crianças no interior paulista. O delegado explicou que não houve promessa de pagamento pela adoção ilegal, mas o casal assistiu financeiramente a mãe durante a gravidez. "Chamamos esta situação de adoção brasileira, onde procura-se fazer a certidão de nascimento já no nome da mãe adotiva. Mas isso é crime. É preciso seguir os trâmites legais para a adoção", frisou o delegado.

A criança só não foi levada pelo casal porque a mãe desistiu de entregar o filho. "A mãe biológica simplesmente disse que no hospital se arrependeu do acordo e não queria mais dar para adoção a criança", ressaltou Camargo. "A mãe saiu de Ibiporã porque a família era contra o acordo. Mas percebemos que a família tem condições de criar o menino, por isso a mãe foi liberada para voltar para casa com ele." A mãe do menino não é casada. O casal paulista vai responder pelos crimes de parto suposto, que é dar parto alheio como próprio, e falsidade ideológica. A mãe da criança será indiciada como coautora.

23 FEV 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## Defesa questiona investigação sobre médica

**Curitiba** - A defesa da médica Virgínia Soares de Souza Marcelino, chefe da UTI geral do Hospital Evangélico, em Curitiba, acusada de homicídio qualificado, acredita que o inquérito sobre a investigação, instaurado pelo Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), não vai se sustentar.

"Não tem homicídio porque não tem defunto. Não vai ter ação penal porque não tem como comprovar o crime, não há prova material. A polícia deflagrou este estopim e acabou gerando uma insegurança pública", disse o advogado Elias Mattar Assad, que defende Virgínia.

Além do advogado, o filho da médica e ex-companheiros de trabalho do Evangélico destacaram "a conduta ética e profissional" da suspeita. "Todas as pessoas que morreram na UTI morreram por causa daquilo que está declarado no atestado de óbito. A teoria, a tese da defesa hoje não é inocência. É muito confuso, a acusação está numa área cinzenta. A polícia não está conseguindo provar a existência de fato criminoso. Exibiram algum cadáver? Desafio a polícia a trazer uma causa de óbito diferente daquela que foi declarada", ressaltou o advogado.

Leonardo Prisco de Souza Marcelino, filho de Virgínia, reconhece que a relação da profissional com os funcionários não era das melhores, mas que isso nunca afetou o trabalho. "Há anos vejo minha mãe trabalhando todos os dias em razão de cuidado com os pacientes. Com o passar dos anos, por ter um temperamento forte, criou várias inimizades dentro do hospital. E poderia ser acusada de várias coisas neste sentido, mas não de falta de compromisso com os pacientes. Isso é um absurdo. O processo tem motivos pessoais e não médicos", destacou.

A assessoria da Polícia Civil informou que não vai se manifestar sobre as declarações enquanto o inquérito não for concluído.

23 FEV 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### Multa a apresentador 1

Por 4 votos a 2, o Tribunal Regional de São Paulo decidiu aumentar a multa dada ao apresentador Carlos Massa, o Ratinho, por propaganda eleitoral antecipada para o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), quando ele disputava a eleição municipal em 2012. A pedido do PSDB, a multa foi elevada de R\$ 5 mil para R\$ 10 mil. O SBT também pagará mais: R\$ 15 mil. A propaganda foi feita no dia 31 de maio do ano passado, quando o ex-presidente Lula, principal cabo eleitoral de Haddad, participou do programa do Ratinho por mais de 40 minutos. Durante a entrevista, Lula justificou a escolha do ex-ministro da Educação como candidato do PT e disse que São Paulo precisava "ter alguém que tenha o entusiasmo que ele teve quando era ministro".

#### Multa a apresentador 2

No meio do programa, Haddad foi convidado para ir ao palco e foi exibido um vídeo sobre o ProUni, programa que ele capitaneou no Ministério da Educação. A legislação proíbe a realização de propaganda eleitoral antes do início oficial da campanha. No ano passado, a campanha começou no dia 5 de junho. Para Lula e Haddad, a multa foi mantida em R\$ 5 mil cada. O advogado eleitoral do PT de São Paulo, Hélio Silveira, afirmou que vai recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele lembra que existe na Justiça Eleitoral uma controvérsia se é propaganda antecipada a entrevista de candidatos antes da campanha. A assessoria do SBT informou que não vai se pronunciar. A assessoria de Ratinho não foi encontrada.

#### **Gil Rugai é condenado a 33 anos**

**São Paulo** - O juiz Adilson Paukoski Simoni divulgou na noite de ontem a pena de Gil Rugai, condenado pela morte do pai e da madrasta, em março de 2004. Embora tenha sido condenado a 33 anos e 9 meses de prisão, ele poderá recorrer em liberdade. A sentença corresponde ao duplo homicídio qualificado por motivo torpe. Pela morte do pai, Luis Rugai, ele foi sentenciado a 18 anos e 9 meses de prisão, e mais 15 anos pela morte da madrasta, Alessandra Troitino. Caso o recurso da defesa seja negado, Gil terá que cumprir, no mínimo, um sexto da pena, o que equivale a 5 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão em regime fechado.

23 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

# Justiça determina multa por greve de ônibus

Após decisão, parte da frota voltou a circular; dia foi caótico por conta da falta de transporte coletivo

**Londrina** - Cerca de 20% dos ônibus do transporte coletivo de Londrina voltaram a circular na tarde de ontem, depois que a Justiça do Trabalho determinou a retomada parcial das atividades. A decisão da juíza Ziula Cristina de Silveira Sbroglio atendeu pedido do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo (Metrolon). A liminar exigia que 50% do efetivo voltasse ao trabalho.

Os coletivos começaram a rodar por volta das 14 horas. De acordo com a assessoria do Metrolon, 83 dos 383 ônibus da TCGL circularam no primeiro dia de greve. Na Londrisul, 25 dos 90 veículos da frota também rodaram. O número ficou abaixo do determinado pela Justiça. Outro problema é que muitos veículos circulavam sem cobrador. No despacho, Ziula Sbroglio estipulou multa de R\$ 50 mil por dia pelo descumprimento da ordem judicial.

Nas primeiras horas do movimento grevista, ônibus foram impedidos de deixar a garagem da Transportes Coletivos Grande Londrina (TCGL), com registro de agressões físicas e verbais entre manifestantes e empregados, prejudicando cerca de 80 mil usuários do sistema.

"Não sei se eles consegui-

ram recursos humanos suficientes, mas não que o sindicato tivesse determinado que o pessoal continuasse aqui do lado de fora", argumentou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários (Sinttrol), João Batista da Silva.

O Sinttrol avaliou que o movimento grevista contou com 70% da adesão dos 1,7 mil empregados. Uma assembleia ocorrida no final da tarde de ontem deliberou pela continuidade do movimento grevista.

Os trabalhadores reivindicam reajuste salarial de 13%, além de outros benefícios. As empresas oferecem 6% de aumento. O Sinttrol defende que o movimento é legítimo e deve recorrer da decisão judicial junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT). "Estamos analisando a estratégia jurídica, mas devemos pedir mediação do TRT. A juíza deu liminar que trata de matéria de direito de greve, entendemos que não é competência dela definir isso", defendeu o advogado do Sinttrol, André Silva.

## Alternativas

Os passageiros tiveram que buscar alternativas para circular pela cidade ontem por conta da paralisação. Um dos serviços mais procurados foi o de mototáxi. Os passageiros, no entanto, queixaram-se de abusos. Alguns mototaxistas reajustaram o valor da corrida em mais de 200%. Trechos em que normalmente o cliente paga R\$ 8, estavam custando até 25 na manhã de ontem.

A Promotoria de Defesa do Consumidor promete investigar a situação. "Recebemos várias denúncias e pedimos para a população formalizar, apresentando comprovante de pagamento. Podemos cobrar ressarcimento e abrir inquérito criminal", disse o promotor Miguel Sogaiair.

24 FEV 2013

FOLHA DE LONDRINA

# Detidos mais três médicos de hospital

Justiça determinou ainda a prisão de um quarto funcionário da UTI geral do HE de Curitiba

## MORTES NA UTI

### Justiça determina prisão de médicos

**Curitiba** - A Justiça determinou a prisão preventiva de mais quatro funcionários do Hospital Evangélico (HE) de Curitiba por envolvimento na investigação de mortes na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) geral da instituição. Três são médicos anestesistas e foram detidos na manhã de ontem. A Polícia Civil não tinha informações de qual seria o cargo da quarta pessoa, que não havia sido localizada pela polícia até o fechamento desta edição. As prisões foram determinadas pela Vara de Execuções Penais de Curitiba na noite de sexta-feira.

De acordo com informações da Polícia Civil, os funcionários trabalhavam na mesma UTI que a médica Virgínia Soares de Souza Marcelino, que está presa desde o último dia 19, acusada de homicídio qualificado.

Foram detidos na manhã de ontem os médicos Maria Israela Cortez Boccato, Edson Anselmo da Silva Junior e Anderson de Freitas. De acordo com o advogado dos três

### CRM informou que nunca foi oferecida denúncia contra uma das UTIs

profissionais, Adilson Lima, Freitas se apresentou espontaneamente porque não "teme nada e não fez nada ilegal". Lima trabalha com o advogado Elias Mattar Assad, que defende também a médica Virgínia de Souza.

Maria Israela está presa no Centro de Triagem em Curitiba e Edson da Silva, no 5º Distrito Policial. Anderson de Freitas ainda estava sendo ouvido pela polícia até o fechamento desta edição. O advogado Adilson Lima informou que a defesa desconhecia as implicações que pesam contra os três médicos.

Só depois de tomar conhecimento é que poderia emitir um juízo de valor sobre os novos casos. "O que existe é um

grande equívoco em relação à médica Virgínia. O que a polícia tem é um grande nada. Acredito que as acusações (em relação a ela) não

vão se sustentar", disse.

O advogado Elias Assad apresentou ontem no Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) uma autorização do juiz Pedro Sanson Corat para que ele tenha acesso às gravações telefônicas que embasam a investigação da Polícia Civil no caso da médica Virgínia. Mais de 60 pessoas já procuraram a polícia para denunciar possíveis condutas irregulares na UTI do hospital.

O Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR) emitiu uma nota no final da manhã na qual esclareceu que nunca foi oferecida denúncia envolvendo uma das UTIs do Hospital Evangélico. O CRM informou que aguarda a entrega dos autos com a finalidade de instruir sindicância. O Conselho manifestou ainda confiança no corpo clínico da instituição, afirmando que durante décadas ela luta pelo bem-estar de toda a sociedade paranaense.

O Hospital Evangélico foi procurado para se pronunciar sobre as novas prisões, mas não deu retorno até o fechamento desta edição.

24 FEV 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME

#### **Fuad Faraj**

Em eleição realizada na sexta-feira última, o Ministério Público (MP) do Paraná escolheu o seu candidato para a vaga aberta no Conselho Nacional do MP (CNMP). Venceu o promotor de Justiça Fuad Faraj, com 147 votos, contra Maria Aparecida Mello da Silva, com 77 votos. O nome de Faraj será incluído numa lista nacional, da qual três pessoas serão escolhidas para disputarem a vaga no CNMP. Essa decisão cabe ao Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE), cuja reunião será no dia 5 de março, no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em Brasília.

### INFORME

#### **Cidadão Honorário**

Conforme proposição do deputado Douglas Fabrício (PPS), a Assembleia Legislativa (AL) do Paraná promoverá sessão solene na segunda-feira, a partir das 18 horas, para que seja outorgado ao ministro e presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), João Oreste Dalazen, o título de Cidadão Honorário do Paraná. Gaúcho da cidade de Getúlio Vargas, Dalazen viveu muito tempo no Paraná, onde foi professor universitário e magistrado da Justiça do Trabalho.



25 FEV 2013

## FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

### **PSB quer Eliana Calmon candidata ao Senado**

A ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tem sido alvo do assédio de políticos interessados em sua filiação e candidatura na eleição de 2014. As investidas mais sérias têm sido do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, presidente do PSB, para que ela dispute a vaga de senadora pelo Distrito Federal. A valente ex-corregedora nacional de Justiça tem driblado os convites.

### **Heroína**

Após acusar a existência de "bandidos de toga", a minha Eliana Calmon se viu transformada em heroína nacional.

### **Recusa**

Em novembro, Eliana Calmon já havia descartado disputar a presidência da República, como pretendia o Partido Verde.

23 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## A cada minuto, um crime

No ano passado, foram registrados 538.118 delitos no Paraná; quase metade deles referente a furtos e ameaças

Um crime é cometido no Paraná a cada minuto. O quadro assustador foi constatado no ano passado, quando, somando todos os casos, o estado registrou 538.118 delitos. O crescimento de dois tipos de ocorrências consideradas mais brandas pela polícia foi o que mais chamou a atenção: quase metade do total corresponde a furtos e ameaças. Essas situações nem sempre entram no radar da polícia, já que a prioridade é frear a escalada de assassinatos — a taxa estadual é de 30 homicídios por 100 mil habitantes —, mas também precisam ser combatidas com mais atenção, até porque podem se transformar em crimes graves, como roubos ou homicídios.

A estatística foi divulgada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) em janeiro. Com base nesse banco de dados, a **Gazeta do Povo** montou um relógio para marcar os oito crimes que mais são registrados no estado (veja o infográfico). O furto é o delito que mais faz ví-

timas. O estado registrou um furto a cada três minutos e meio no ano passado. As ameaças estão em segundo lugar, com um registro a cada quatro minutos e meio.

Essa realidade, segundo especialistas, revela uma disposição persistente da população em resolver os conflitos comuns do dia a dia com violência e apresenta a necessidade de montar uma rede de proteção baseada em programas de desenvolvimento de uma cultura da paz, além de um sistema mais eficaz de punição.

De acordo com a coordenadora da Área de Sistemas de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo, é fundamental que o poder público também ataque os delitos considerados mais leves. “Em São Paulo, um estudo mostrou que boa parte dos homicídios ocorre por motivos banais”, comenta.

Na avaliação de Carolina, os municípios e a iniciativa privada também devem assumir a responsabilidade que lhes cabe. “Eles podem criar câmaras de mediação de conflito, descentralizando o acesso à Justiça sem judicializá-la”, sugere.

### Subnotificação

Para o coordenador do curso de pós-graduação em Segurança Pública da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), delegado federal Algacir Mikaloviski, os crimes contra o patrimônio devem ser combatidos com mais rigor. Segundo ele, há alta taxa da “cifra negra”, a subnotificação, em casos de furto. “Não há resposta da polícia para esse crime e isso gera uma crise de credibilidade. Por isso as pessoas não registram [queixa]”, afirma.

### COMPARAÇÃO

O estado de São Paulo registra quatro crimes por minuto. No Paraná, há 5,1 mil delitos por 100 mil habitantes e, em São Paulo, 5,2 mil por 100 mil.

**CONTINUA**

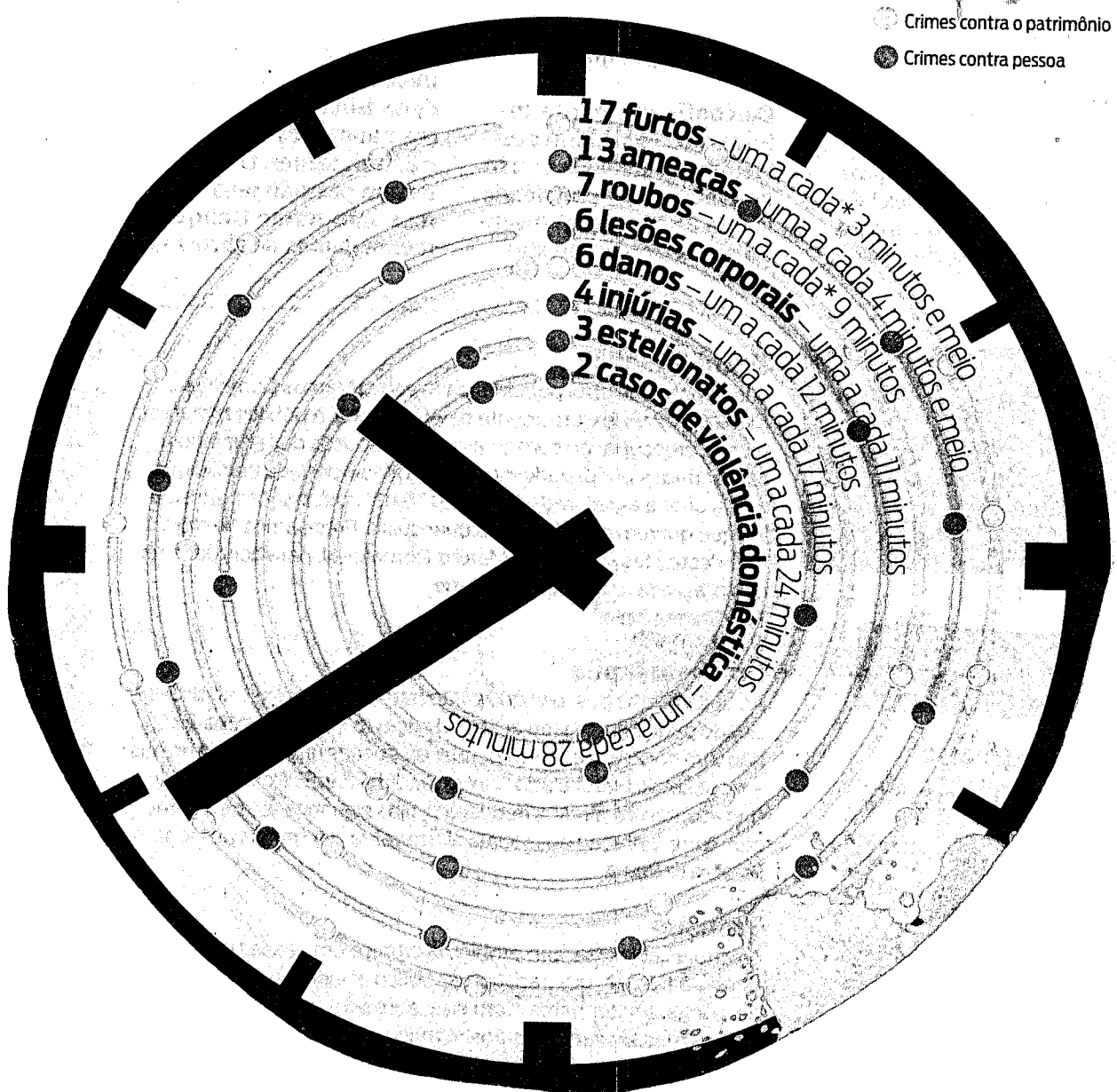
23 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## TEMPO DE VIOLÊNCIA

O Paraná registrou um crime por minuto em 2012. Parte das ocorrências é de delitos mais brandos, como ameaças. Mesmo assim, se não houver repressão, elas podem dar origem a casos graves.



CONTINUA

# 23 FEV 2013

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO



#### Crimes contra o patrimônio

Em 2011: **282.472**  
Em 2012: **285.586**



#### Crimes contra pessoa no Paraná

Em 2011: **234.604**  
Em 2012: **252.532**



#### Total de crimes no Paraná

Em 2011: **517.076**  
Em 2012: **538.118**

### Total de crimes no Paraná

Crimes contra o patrimônio 2011 2012

		(um a cada)
Furto*		3 minutos e meio
Roubo*		9 minutos
Dano		12 minutos
Estelionato		24 minutos
Apropriação indébita		2 horas
Outros		2 horas
Invasão de propriedade		11 horas
Extorsão		19 horas

### Crimes contra pessoa

Ameaça		4 minutos e meio
Lesão corporal		11 minutos
Injúria		17 minutos
Violência doméstica		28 minutos
Difamação		48 minutos
Calúnia		71 minutos
Violação de domicílio		80 minutos
Outros		2 horas
Homicídios dolosos		3 horas
Constrangimento ilegal		5 horas
Maus-tratos		6 horas
Lesão corporal culposa		13 horas

\*Furtos e roubos de veículos estão incluídos no registro geral.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

## COMPLEXIDADE

### É preciso formar rede para mudança profunda

Para modificar a cultura violenta arraigada na sociedade deve-se criar uma rede consistente que incentive a mudança. De acordo com o coordenador do Grupo de Estudos da Violência da UFPR, Pedro Bodê, é preciso criar condições que internalizem em cada cidadão padrões de condutas diferentes dos atuais, para prevenir casos como os de ameaças. "Isso passa por programas em escolas, mudan-

ças na mídia, de padrão cultural", destaca.

A coordenadora da Área de Sistemas de Justiça e Segurança Pública do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo, enfatiza que o trabalho de mudança cultural passa também pelo esforço em convencer a população a procurar as iniciativas que são oferecidas. Em casos de mediação de conflitos, por exemplo, ter o serviço não é suficiente: deve-se atuar na conscientização do cidadão sobre a importância desse caminho pacífico

CONTINUA

23 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Instituições se unem para atuar nas Unidades Paraná Seguro

! Há um mês, estado, prefeitura de Curitiba, Ministério Público e Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), entre outras entidades, assinaram um acordo de cooperação para atuação dentro das áreas das Unidades Paraná Seguro (UPS), com o objetivo de ajudar no combate à violência no estado. A coordenação dessas ações ficou sob a responsabilidade da secretária estadual da Justiça e Cidadania (Seju), Maria Tereza Uille Gomes.

Segundo ela, as entidades têm realizado reuniões periódicas e já detectaram as principais necessidades nas áreas das UPS: pouca iluminação, muitos terrenos com mato alto, falta de saneamento básico, poucas escolas em tempo integral e falta de opções de trabalho.

Uma reunião na metade do mês de março com o governador Beto Richa e o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, deve definir o cronograma de atuação. Até lá, cada secretaria municipal e estadual fará o que puder para contribuir.

A Secretaria de Estado da Educação já programou atividades em tempo integral para estudantes de escolas próximas às UPS, para dar opções no contraturno aos jovens, evitando que se envolvam com a criminalidade. A Seju programa a implantação de núcleos de cidadania com a defensoria pública para melhorar a oferta de mediação de conflito, além de levar o Procon aos locais.

23 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## **MEC tem novas regras para cursos de Direito**

Entre os critérios está a capacidade de absorção de profissionais por região. Para advogados, problema está na qualidade do ensino

O Ministério da Educação (MEC) anunciou que as regras para a abertura de novos cursos de Direito no país vão mudar, assim como foi feito com os de Medicina. Uma delas deve ser a capacidade de absorção de profissionais de cada região. Para saber se um local pode ou não ter mais profissionais, MEC e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) vão levar em conta a quantidade de órgãos jurídicos aptos a recebê-los. Quanto maior o número deles, mais chance o local terá de ganhar um novo curso.

O secretário-geral da seção Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Eroulth Cortiano Junior, disse que, legalmente, a OAB precisa participar da decisão de abertura de cursos de Direito (Lei 8.906/94), mas que hoje o MEC autoriza mesmo quando ela não recomenda. "Nós já usamos os critérios que chamamos de necessidade social, que engloba a capacidade de absorção da região. Agora eles devem usar também, com mais rigor".

### **Parâmetros**

O MEC deve mudar os critérios de aprovação de projetos, principalmente no quesito estágio curricular e integração entre teoria e prática. A ideia é criar uma política regulatória diferente da que existe hoje e, inclusive, incentivar a abertura de outras graduações com poucos profissionais no mercado para reordenar a oferta de ensino superior.

O coordenador do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Rodrigo Kanayama, diz que a questão não é a quantidade de profissionais no mercado. Em algumas cidades, o número de cursos é grande, mas a qualidade ruim faz com que sobrem vagas no local. Portanto, não necessariamente uma cidade com demanda por profissionais precisa de uma quantidade maior de cursos.

No Paraná são 43.937 profissionais registrados na OAB-PR, mas Cortiano diz que muitos deles deixam a dever e que por isso ainda existem vagas no mercado para os mais preparados. "A OAB não quer fazer reserva de mercado, mas regular a qualidade dos bacharéis que estão nele".

**CONTINUA**

# 23 FEV 2013

## GAZETA DO POVO

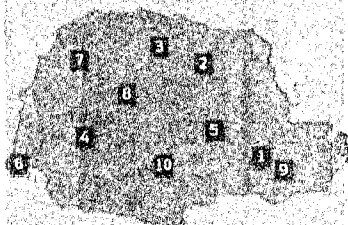
### CONTINUAÇÃO

### DISTRIBUIÇÃO

Curitiba tem a metade do número de advogados do Paraná. O estado é o sexto do Brasil na concentração de juristas.

**43.924** advogados no Paraná

Confira os municípios onde eles mais se concentram:



1	Curitiba*	21.673
2	Londrina	4.654
3	Maringá	3.076
4	Cascavel	1.538
5	Ponta Grossa	1.474
6	Foz do Iguaçu	936
7	Umuarama	637
8	Campo Mourão	613
9	São J. dos Pinhais	609
10	Guarapuava	579

\*seccional

### Advogados por mil habitantes

1º	Distrito Federal	10,62
2º	Rio de Janeiro	8,42
3º	São Paulo	6,21
4º	Rio G. do Sul	5,46
5º	Minas Gerais	4,35
6º	<b>Paraná</b>	<b>4,21</b>
7º	Mato G. do Sul	3,97
8º	Goiás	3,91
9º	Santa Catarina	3,87
10º	Espírito Santo	3,44
11º	Mato Grosso	3,38
12º	Acre	3,36
13º	Amapá	3,21
14º	Rondônia	2,72
15º	Tocantins	2,68
16º	Roraima	2,45
17º	Pernambuco	2,37
18º	Sergipe	2,31
19º	Rio G. do Norte	2,21
20º	Bahia	2,18
21º	Paraíba	2,18
22º	Piauí	2,18
23º	Alagoas	2,11
24º	Ceará	1,85
25º	Pará	1,67
26º	Amazonas	1,62
27º	Maranhão	1,14

**Média Brasil 4,33**

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

# 1.120

cursos de Direito existem no país, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2011. Os estados que mais concentram a categoria são São Paulo (com 239.493), e Rio de Janeiro (que tem 121.182 cursos cadastrados). O Paraná está em 5º lugar.

# 756.685

advogados estão registrados no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), um para cada 256 habitantes. Esse número faz do país o segundo do mundo com maior quantidade, perdendo apenas para os Estados Unidos, que tem um para cada 253.

23 FEV 2013  
GAZETA DO POVO  
WILSON DE ARAÚDO BUENO



No colo dos facelros avós Maria Cândida e Antenor Demeterco Junior, os gêmeos Frederico e Lorenzo, fantasiados de Pierrots, atraíram atenções no carnaval infantil do Clube Curitibano.

### **Troféu**

Atuantes em suas áreas, Chloris Casagrande Justen, Conceição Barindelli e Maria de Fátima Galvão receberam homenagem especial pelo Dia Internacional da Mulher 2013 conferida pela Livrarias Curitiba. Dia 7 de março, às 19h, na loja do Palladium Shopping Center.



# GAZETA DO POVO

COLOMBO

**Prefeita toma posse, mas candidato derrotado diz que vai recorrer**

Felipe Rosa/Gazeta do Povo



Beti: 52 dias de espera.

A prefeita eleita de Colombo, Beti Pavin (PSDB), tomou posse ontem no cargo, 52 dias após 1º de janeiro, data da posse da imensa maioria dos vencedores da eleição do ano

## CAMPANHA

**Justiça aumenta multa a Ratinho por divulgação antecipada para Haddad**

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo aumentou ontem a multa ao apresentador Carlos Massa, o Ratinho, por propaganda eleitoral antecipada para o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), quando ele se preparava para disputar a eleição municipal de 2012.

A Justiça Eleitoral entendeu como propaganda eleitoral a participação de Haddad e do ex-presidente Lula no Programa do Ratinho de 31 de maio do ano passado.

**R\$ 10 MIL**

é o valor que Ratinho terá que pagar de multa por ter feito propaganda antecipada para Fernando Haddad em seu programa televisivo.

passado. Embora tenha vencido o pleito de outubro, Beti teve a candidatura barrada com base na Lei da Ficha Limpa, pois ela teve as contas de 2001 (quando também era prefeita) reprovadas. Ela só assumiu o cargo após uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em seu discurso ao assumir a prefeitura, Beti disse que foi perseguida e que, com sua posse, está feita a justiça. Mas o candidato a prefeito derrotado Zé Vicente (PSC) anunciou que irá recorrer da decisão para tentar tirá-la do cargo. "Na segunda-feira, será ajuizada ação no Tribunal Regional Eleitoral para derrubar a diplomação [de Beti Pavin como prefeita], até porque precisamos dar uma resposta à população", disse ele. "É inacreditável o que está acontecendo em Colombo."

Até ontem, a prefeitura estava sob o comando de José Renato Strapasson (PTB), presidente da Câmara de Vereadores.

Durante a entrevista no programa do Ratinho, Lula justificou a escolha do ex-ministro da Educação como candidato do PT e disse que São Paulo precisava "ter alguém que tenha o entusiasmo que ele teve quando era ministro". A pedido do PSDB, a multa foi elevada de R\$ 5 mil para R\$ 10 mil. O SBT também pagará mais: R\$ 15 mil. Para Lula e Haddad, a multa foi mantida em R\$ 5 mil cada. O advogado do PT de São Paulo, Hélio Silveira, disse que vai recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral. A assessoria do SBT informou que não vai se pronunciar. A assessoria de Ratinho não foi encontrada.

23 FEV 2013

## JUSTIÇA

**Gil Rugai é condenado a 33 anos, mas vai recorrer em liberdade**

O juiz Adilson Paukoski Simoni divulgou na noite de ontem a pena de Gil Rugai, condenado pela morte do pai e da madrasta, em março de 2004. Embora o rapaz tenha sido condenado a 33 anos e 9 meses de prisão, ele poderá recorrer em liberdade. Segundo o juiz, a sentença corresponde ao duplo homicídio qualificado por motivo torpe. Pela morte do pai, Luis Cargos Rugai, ele foi sentenciado a 18 anos e 9 meses de prisão e mais 15 anos pela morte da madrasta, Alessandra Troitino. Sete jurados tiveram que decidir sobre a condenação de Gil Rugai. Apenas os votos de cinco deles, porém, foram lidos, ficando em um placar de 4 votos pela condenação e 1 pela absolvição.

## TRANSGÊNICOS

**Monsanto vai recorrer de decisão de STJ sobre patente de soja**

A Monsanto vai recorrer da decisão do Superior Tribunal de Justiça referente ao pedido de correção de prazo de sua patente sobre a soja Round Ready (RR1). "A empresa avançará com recurso para assegurar seus direitos de propriedade intelectual e garantir a continuidade de sua operação no país", diz, em nota. "Em conformidade com a lei brasileira, a Monsanto tem buscado corrigir os prazos de seus direitos de patentes no Brasil para que estejam de acordo com os prazos das patentes outorgadas nos EUA, até 2014", diz.

### Polícia apura seis mortes ocorridas no Evangélico

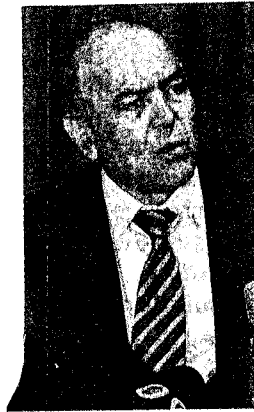
A defesa da médica Virgínia Soares de Souza, investigada por supostamente provocar a morte de pacientes da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico de Curitiba, afirmou ontem que a Polícia Civil apura as circunstâncias de seis óbitos e que havia um policial infiltrado como enfermeiro na UTI Geral do estabelecimento. As informações foram repassadas ontem durante uma coletiva de imprensa, após a defesa ter tido acesso ao inquérito sigiloso que investiga a conduta da intensivista.

Ainda segundo o advogado Elias Mattar Assad, que defende Virgínia, a investigação está embasada apenas em relatos de familiares de supostas vítimas. Ele afirma que ainda não viu no inquérito relatório algum feito pelo agente infiltrado e que não há provas materiais dos crimes.

Assad afirmou que não conseguiu os áudios de interceptações telefônicas feitas pela polícia. Segundo, ele os "grampos" chegaram apenas em forma transcrita, o que dificultaria a confirmação do contexto das conversas.

O advogado argumenta que os áudios divulgados pela imprensa em que a médica afirma querer "desentulhar a UTI" podem estar fora de contexto. Ele avalia que a frase pode significar apenas que a médica gostaria de abrir espaço para ter mais leitos na

UTI. Ainda segundo Assad, o pedido de prisão não foi embasado em nenhuma informação coletada pelo policial infiltrado. "Este inquérito vai ser a maior gafe da história da Polícia Civil." O advogado argumenta que os atestados de óbito foram assinados por outros médicos, já que os intensivistas normalmente não têm esta atribuição.



Elias Mattar Assad, advogado de Virgínia.

### CARTAS NAUTI

A defesa de Virgínia ainda rebateu algumas informações que têm sido divulgadas, como as cartas de pacientes que acusam as equipes da UTI de tentativa de assassinato. De acordo com a enfermeira Lilliane Andrade, que esteve presente na coletiva com outros profissionais para prestar solidariedade à médica, essas cartas e a suposta sensação de que o paciente estaria sendo vítima de homicídio são decorrentes de um problema chamado "agitação psicomotora" e de consequências de medicação.

### NOTAS POLÍTICAS

#### STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve analisar na próxima quarta-feira o recurso contra a decisão que obriga o Congresso a votar mais de 3 mil vetos presidenciais em ordem cronológica. A votação do orçamento de 2013 depende dessa decisão. O governo está adiando colocar o orçamento em pauta no Congresso antes da decisão do STF para evitar que, posteriormente, processos questionem a execução orçamentária.

#### Afastamento

O afastamento automático de servidores públicos investigados por lavagem de dinheiro está sendo questionado no STF. A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) apresentou uma ação ao Supremo para derrubar o artigo da nova Lei de Lavagem de Dinheiro que trata sobre o assunto. O argumento da associação é que cinco artigos constitucionais estão sendo violados, entre eles, o da presunção de inocência.

23 FEV 2013

GAZETA DO POVO

# Justiça decreta bloqueio R\$ 14 milhões dos bens de Marcos Valério

O empresário, condenado a prisão no julgamento do mensalão, responde agora por improbidade administrativa em um esquema de fraude e espionagem

A Justiça Federal decretou em caráter liminar o bloqueio de R\$ 14,12 milhões do empresário Marcos Valério e de outros 11 acusados — entre eles três delegados da Polícia Federal e quatro advogados. Condenado a 40 anos de prisão no julgamento do mensalão, Valério responderá agora por improbidade administrativa sob acusação de coordenar, em 2008, um esquema de espionagem, fraude e ameaças contra dois fiscais de rendas do estado de São Paulo que pretendiam aplicar multa de R\$ 95 milhões à cervejaria de um amigo dele, Walter Faria.

A juíza Anita Villani, da 1.ª Vara Federal, em Santos, decretou ainda a quebra do sigilo fiscal e bancário de Valério e seus parceiros. A ação de

improbidade é um desdobramento do processo criminal da Operação Avalanche, da Polícia Federal. O cálculo do valor bloqueado foi feito a partir do que seria pago aos federais pelo inquérito forjado, R\$ 3 milhões, acrescido do valor referente ao enriquecimento ilícito e multa.

Entre as provas, estão ligações que foram grampeadas pela inteligência da PF, em 5 de junho de 2008, com conversas de dois advogados. Um deles diz: “Ele (Valério) quer dinheiro, né?” Chamam Valério de “coordenador” do golpe. Em escuta de 2 de julho, Ildeu Pereira, advogado, pergunta a Valério sobre o andamento das negociações. “Correu tudo bem aí, né?”. O condenado do mensalão responde. “Eu não sou o anjo do mau agouro meu amigo”.

Para o procurador Andrey Mendonça, “esse diálogo demonstra a capacidade de comando de Marcos Valério”.

## Novo imóvel

Mesmo com os bens do empresário bloqueados, a família de Marcos Valério se mudou da casa em que morava na região da Pampulha, em Belo Horizonte, e comprou

um apartamento que ocupa uma andar inteiro, no mesmo bairro. Segundo o jornal *O Globo*, Valério pagou R\$ 100 mil de entrada e dará mais R\$ 1 milhão no registro da escritura. O imóvel será ocupado pela filha e pela ex-esposa dele. Desde o ano passado, Valério mora em um flat. A Procuradoria-Geral da República em Brasília informou desconhecer se esse negócio da família será averiguado e disse que, se isso ocorrer, será tarefa da Procuradoria em Minas Gerais.

23 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## Empresas dispensadas do cumprimento de cota para pessoas com deficiência e contratação de aprendizes: a flexibilização do Judiciário em sintonia com a responsabilidade social

### ARTIGO

JULIANA SANDOVAL LEAL  
DE SOUZA, advogada

**D**e acordo com a Lei nº 8.213/91, as empresas com mais de 100 funcionários devem destinar 2% a 5% das suas vagas a pessoas com deficiência e reabilitados. A Lei nº 10.097/2000, por sua vez, determina que os estabelecimentos de qualquer natureza devem empregar aprendizes em número equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos seus trabalhadores cujas funções demandem formação profissional. As normas promovem a inclusão e a responsabilidade social, sendo inquestionável a importância dos resultados através delas obtidos.

Não obstante, a legislação inclusiva é comumente encarada como (mais) um ônus financeiro e comercial imposto aos estabelecimentos empresariais. E são cada vez mais frequentes as notícias de condenação dessas empresas ao pagamento de multas milionárias, em razão do não preenchimento dos postos de trabalho reservados a pessoas com deficiência ou a aprendizes, assim como em decorrência de contratações irregulares.

O Poder Judiciário tem enfrentado essas questões com um olhar bastante criterioso em favor da política de inclusão social, porém com uma certa flexibilidade, evitando a análise radical da lei. Vale dizer, aqueles que desvirtuam o nobre objetivo da legislação inclusiva são severamente punidos. Já aqueles que deixam de cumpri-la por motivos fundamentados; comprovados os seus esforços e sopesadas as reais dificuldades no cumprimento dessas cotas, encontram abrigo no Judiciário.

No caso dos aprendizes, é comum verificar o desvirtuamento da lei pelas empresas que os contratam, por vezes em número superior ao permitido, com o objetivo de baratear a mão de obra. Essas empresas, acusadas de fraude, dumping social e concorrência desleal, têm sido alvo certo do Ministério Público do Trabalho, cujas ações civis públicas ajuizadas lhes rendem pesadas multas.

Em 27 de dezembro de 2012, uma importante loja de departamentos foi condenada em primeira instância judicial a pagar R\$ 6 milhões por fraudar a contratação de jovens e adoles-

centes aprendizes, fazendo-os desempenharem idêntica função dos demais empregados, a um custo mais baixo. Esse valor será revertido em favor de entidades de educação sem fins lucrativos e serviços nacionais de aprendizagem indicados pelo MP, caso a decisão se confirme nas instâncias superiores (autos nº 0000257-67.2012.5.15.0129, 10ª Vara do Trabalho de Campinas-SP). A decisão deixa bastante clara a intolerância do Judiciário ao desvirtuamento da legislação inclusiva.

Por outro lado, os rigores da lei têm sido afastados por decisões judiciais, inclusive já confirmadas no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, ao dispensarem empresas da obrigação de contratar aprendizes, quando, por exemplo, desenvolvem atividades de risco prejudiciais à formação, saúde ou segurança do jovem ou adolescente.

Em 18 de dezembro de 2012, uma empresa de segurança privada foi dispensada da contratação de aprendizes (autos nº 113000-09.2009.5.04.0201, 8ª Turma do TST), reforçando assim decisão já proferida em favor das empresas filiadas ao Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores no Distrito Federal (Sindesp/DF) (autos nº 64600-68.2006.5.10.0017, 8ª Turma do TST).

**CONTINUA**

23 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

O Judiciário também tem apresentado uma análise articulada em relação à lei que estabelece cotas para inclusão de pessoas com deficiência ou reabilitados no mercado de trabalho. Empresas que não reservam postos de trabalho para esses profissionais têm sido condenadas ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, de até R\$ 450 mil (autos nº 65600-21.2005.5.01.0072, 4ª Turma do TST).

Em sentido oposto, contudo, existem decisões desobrigando empresas do preenchimento dessas cotas. E, ainda assim, há de se reconhecer o caráter socialmente responsável dos fundamentos que as norteiam. Em recente decisão (11 de dezembro de 2012), o TRT da 2ª Região reconheceu que uma empresa não conseguiu preencher os postos de trabalho reservados a pessoas com deficiência e reabilitados em razão da carência de mão de obra qualificada, afastando a condenação imposta pelo tribunal estadual, de R\$ 500 mil a título de danos morais coletivos e mais R\$ 10 mil por contratação irregular (autos nº 05224001320065020081). Entenderam os magistrados que a empresa não se furtou ao cumprimento da lei, nem mesmo adotou política protelatória ou discriminatória, tendo comprovado que publicou anúncios em jornais com oferta das vagas e implantou programa em parceria com o Senai para qualificação dos contratados. A questão deve ser levada à apreciação do TST.

A capacitação e profissionalização das pessoas com deficiência e reabilitados é do interesse tanto deles quanto dos empregadores, sendo tema do Projeto de Lei 4.773/12, que tramita na Câmara dos Deputados e propõe que as empresas sejam autorizadas a custear bolsas de estudo para os candidatos à vaga reservada, em número não excedente a 50% das vagas previstas na legislação, visando à qualificação prévia da mão de obra. As empresas ficariam, porém, condicionadas à contratação desses bolsistas após a conclusão do curso por um período não inferior a um ano.

O tema é relevante e merece ser analisado com cuidado, de forma a impedir que a legislação inclusiva seja encarada no meio empresarial como um ônus, por vezes inalcançável ou desvantajoso, sem que se busque atingir o real objetivo da norma. O Judiciário parece estar atento a essa realidade, mas terá muito trabalho para flexibilizar os alcances da norma sem desprestigiar aqueles que dependem da reserva legal para conseguir exercer com plenitude e dignidade o direito ao trabalho.

24 FEV 2013

GAZETA DO POVO

# Caso Evangélico tem mais 4 presos

## Justiça ordena quatro prisões no Evangélico

Na manhã de sábado, policiais do Nucrisa começaram a cumprir quatro mandados de prisão ligados à suspeita de homicídios ocorridos na UTI do Hospital Evangélico, em Curitiba. Três médicos foram presos até o meio-dia.

Justiça expediu mandado de prisão contra quatro funcionários do hospital em Curitiba, envolvido em suspeitas sobre mortes ocorridas na UTI geral

*Heliberton Cesca*

*e Bruna Maestri Walter*

A Justiça determinou a prisão de mais quatro funcionários do Hospital Evangélico, de Curitiba, na investigação que apura homicídios que teriam ocorrido na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) geral da instituição. Três deles são médicos anestesistas e a quarta pessoa seria uma enfermeira. Porém, o Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa), da Polícia Civil do Paraná, não deu informações sobre qual seria a ligação desses funcionários com a chefe da UTI geral, Virginia Helena Soares de Souza, detida provisoriamente desde a segunda-feira. Segundo o Nucrisa, ela é suspeita de ter abreviado a vida de pacientes do SUS, e pode ser indiciada por ho-

micídio qualificado.

Até o fim da manhã de sábado, três dos quatro mandados haviam sido cumpridos. Três médicos anestesistas foram presos no início da manhã e levados à delegacia do Nucrisa, no centro da capital, para prestar depoimento. Por enquanto, nenhuma informação foi confirmada oficialmente pela polícia. Não há detalhes sobre o paradeiro da quarta pessoa, que seria uma enfermeira.

A médica detida foi identificada como Maria Israela Cortez Boccato, que trabalhou cerca de seis anos no hospital. Ela está afastada da função há um ano e meio por falta de pagamento, segundo a irmã dela Luciane Boccato, que foi ao Nucrisa pela manhã. Luciane disse que desconhece as acusações de polícia contra a equipe de funcionários do Evangélico. O advogado da médica, Leonardo Buchmann, não quis se pronunciar sobre a prisão.

Também foram presos os anestesistas Edison Anselmo da Silva Júnior e Anderson de Freitas. Em frente ao Nucrisa, negaram qualquer irregularidade e falaram que não temem a investigação. Segundo o advogado Elias Mattar Assad, não se sabe o motivo do pedido das prisões temporárias dos quatro funcionários.

### Escutas telefônicas

Assad, que defende Virginia, apresentou ao Nucrisa uma autorização do juiz Pedro Sanson Corat pa-

ra que ele tenha acesso às gravações telefônicas que embasam a investigação. Ele espera que o material seja repassado na segunda-feira.

Na sexta-feira, após conseguir acesso a uma parte do inquérito, Assad disse que a Polícia Civil apura as circunstâncias de seis óbitos e que havia um policial infiltrado como enfermeiro na UTI geral do Hospital Evangélico. Entretanto, ele ainda não viu relatório feito pelo agente infiltrado, e por isso afirma que a investigação está baseada apenas em depoimentos de familiares.

A médica nega, segundo o advogado, a acusação de decidir sobre a morte de pacientes.

**CONTINUA**

24 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### AÇÃO E REAÇÃO

O Hospital Evangélico, em crise financeira desde 2011, agora está sendo investigado por práticas indevidas ocorridas na UTI geral. Veja os fatos mais marcantes da semana:

- Na terça-feira, policiais civis do Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa) deflagram operação na UTI geral do Hospital Evangélico. A médica Virgínia Soares de Souza é detida e a polícia apreende documentos e prontuários. O caso está sob sigilo de Justiça.
- A Polícia Civil afirma que vai investigar todas as mortes ocorridas desde que Virgínia assumiu o comando da UTI – o que ocorreu em 2006, segundo Assad.
- O Hospital Evangélico instaura uma sindicância interna para apurar o caso. Atendendo aos pedidos das autoridades de saúde, são substituídos os funcionários da UTI geral – 34 enfermeiros e 13 médicos.
- Os órgãos públicos de saúde – ministério e secretarias estadual e municipal – também montam uma sindicância. Intenção é avaliar os procedimentos utilizados na UTI e os óbitos ocorridos em 2012 e 2013.

**CONTINUA**

# CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO

## As dores e dilemas no leito de morte

### 24 FEV 2013

Mauri König

Durante sete anos a médica Virgínia Helena Soares de Souza atuou na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba, até ser presa há cinco dias acusada de homicídio por precipitar a morte de pacientes. A repercussão lançou mais pressão sobre quem já trabalha no limite entre a vida e a morte, num ambiente confinado, com alto nível de estresse, lidando com UTIs lotadas, dramas familiares e casos perdidos, com o risco de tomar uma decisão errada. E não há maior conflito ético para um médico do que ter de decidir pela vida ou pela morte de um paciente.

O médico intensivista é antes de tudo um obstinado, diz a presidente da Sociedade de Terapia Intensiva do Paraná, Cíntia Grion. Ele insiste na terapêutica para reverter o quadro do paciente porque a maioria é tratável. Há, porém, casos irreversíveis. É nesse ponto que os menos experientes têm dificuldades para encontrar o momento de interromper o tratamento. Mas existe a hora certa para desistir de uma vida? A decisão acaba se pautando mais pela ponderação jurídica do que pelo diagnóstico clínico.

#### Distinção

O dilema de desligar ou não o aparelho que mantém alguém vivo decorre em grande parte das diferentes interpretações de três palavras cuja raiz é a mesma: thanatos, ou morte. A confusão se instala quando o médico acredita que ao promover a ortotanásia terá as mesmas consequências pe-

nais da eutanásia, e assim opta pela distanásia. Tudo fica mais claro quando se distingue uma da outra.

Na eutanásia, o paciente terminal ou sua família decide pela interrupção dos fenômenos biológicos com a retirada dos aparelhos ou medicamentos que o mantêm vivo. A ortotanásia consiste em suspender o tratamento que mantém artificialmente a vida, deixando o paciente morrer de forma mais confortável. Já a distanásia prolonga artificialmente a vida de um doente terminal sem perspectiva de cura ou melhora.

Mas sob que vértice se discute a bioética da distanásia?

Muitos pacientes em fase terminal têm a vida prolongada não por opção própria, mas porque os médicos não oferecem a opção pelo fim do tratamento. O tema recém ganhou corpo nos fóruns médicos. Só de dez anos para cá se teve a coragem de debatê-lo abertamente. Nos Estados Unidos, ganhou normatização em 2001; no Brasil, entrou em 2009 para o código de ética do Conselho Federal de Medicina, que condena a distanásia.

Há o temor do vazio interpretativo deixado pela legislação. O Código Penal tipifica a eutanásia, mas nada fala da ortotanásia, que num tribunal poderia ser interpretada como homicídio qualificado porque a vítima está indefesa. Já do ponto de vista ético, a suspensão ou a não introdução de um tratamento são equivalentes, observa Cíntia.



Cíntia: "Não é ética a decisão de ficar só nas mãos do médico".

CONTINUA



## CONGRESSO

**Mudança no Código Penal descriminaliza a ortotanásia**

A reforma do Código Penal, em curso no Congresso Nacional, poderá tirar as dúvidas que reçaem sobre a ortotanásia. Hoje, ela pode ser tipificada como homicídio qualificado, pois a vítima está indefesa. Pelas propostas, não haverá crime quando o médico deixar de fazer uso de meios artificiais para manter a vida do paciente em caso de doença grave irreversível, e desde que isso esteja atestada por dois médicos e haja consentimento do paciente, ou, na sua impossibilidade, de ascendente, descendente, cônjuge, companheiro ou irmão.

"Nem a Igreja Católica, talvez a mais intransigente defensora da sacralidade da vida, defende a vida a qualquer custo", diz o pediatra Gabriel Wolf Oselka, coordenador do Centro de Bioética do Conselho Regional de Medicina de São Paulo. A Igreja não se opõe à ortotanásia, que é a morte natural, sem a interferência da ciência ou tecnologia para abreviar a vida ou prolongá-la – mesma posição defendida pelo Conselho Federal de Medicina. (MK)

---

## POR SEGURANÇA

**Na dúvida, maioria dos médicos prefere prolongar o tratamento**

Coordenador do Centro de Bioética do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, o pediatra Gabriel Wolf Oselka acredita que todo médico seja contrário à distanásia, mas teme as consequências legais. Isso acontece porque o ato de limitar os recursos que prolongam a vida de um paciente terminal se confunde com a eutanásia. "Até procuro fugir desses termos

**Decisão deve incluir a família**

A única segurança para o médico é ouvir a família no caso de interromper o tratamento de um paciente terminal. Numa decisão em conjunto, os familiares saberão não se tratar de homicídio. Os fóruns médicos no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos deixam claro que nenhum médico pode tomar sozinho a decisão, mesmo em caso de distanásia. "Não é ético a decisão ficar só nas mãos do médico", diz a presidente da Sociedade de Terapia Intensiva do Paraná, Cíntia Grion. Contudo, não é fácil mesmo quando a família é convidada a opinar.

A legislação brasileira reconhece a morte encefálica. Mas Cíntia já se deparou com casos em que o paciente permaneceu morto durante dias e família não aceitava o diagnóstico porque o coração ainda batia. Um grande dilema, porque sempre há pacientes à espera do leito da UTI. "Mas não se pode passar por cima dos sentimentos da família", diz Cíntia. Há nesse comportamento uma mistura de questões culturais, religiosas, afetivas. (MK)

para não criar mais confusão. Estamos falando de dar ao paciente a opção de decidir o que ele quer", diz.

Não há registro no Brasil de médico condenado por desligar o aparelho com anuência de um paciente terminal. Mas, na dúvida, a maioria prefere prolongar o tratamento porque a legislação brasileira não é clara e algum juiz poderia interpretar o ato como omissão de socorro ou eutanásia. Por isso, os médicos acabam agindo mais pelo temor de uma condenação judicial do que pelo diagnóstico clínico. (MK)

**Quanto mais tempo de UTI, mais baixa é a**

**diária do SUS**  
**24 FEV 2013**

Autor de dois livros sobre bioética e biodireito, o professor e advogado criminalista Roberto Rolim de Moura Júnior aponta, em um artigo, o equívoco do Sistema Único de Saúde para o pagamento das diárias das UTIs. Há um sistema de pontuação que decresce quanto mais o paciente permanece na UTI. "O que deveria ser um estímulo para a rotatividade, na verdade penaliza o serviço intensivo pela piora do paciente, quando exige a sua estada de permanência perante o quadro clínico do doente ainda instável e grave", diz.

Não só isso, o advogado salienta que a UTI é um ambiente confinado, fechado, e com alto nível de estresse entre os profissionais, com longas jornadas de plantão. "O ambiente é insalubre, repleto de uma infinidade de bactérias, vírus, fungos, que podem ser transmitidos pelo contato com fluídos corporais, sangue, saliva, urina e fezes, e pelo ar", descreve.

"Se aliarmos a isso os problemas pessoais da equipe da UTIs, médicos, fisioterapeutas, enfermeiros e técnicos de enfermagem, técnicos de raio X, além dos profissionais que passam em visitas diárias (nutricionista, neurologista, ortopedista, etc) é fácil de imaginar que as diferenças existem", pondera. O drama, avalia, reside em manter o trato e a convivência diária entre os profissionais, livres de conflito. "Este é o desafio". (MK)

24 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## Ministro Fux se torna um criador de 'problemas' para o governo e o Legislativo

■ O gabinete de Luiz Fux, no terceiro andar do Supremo Tribunal Federal, tornou-se destino da peregrinação das principais figuras da República: o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e o emissário da presidente Dilma Rousseff: o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

O ministro não se tornou um solucionador de problemas do Executivo e do Legislativo. Mereceu atenção dos chefes dos dois Poderes, na verdade, pelas consequências de sua decisão que obriga o Congresso a votar pela ordem de chegada os mais de 3 mil vetos presidenciais. A medida impediu a aprovação do Orçamento de 2013.

Em dois anos, Fux coleciona idas e vindas. A decisão sobre os vetos que aguardam apreciação do Congresso, que ainda será tratada pelo plenário do STF, barrou, na prática, a votação dos vetos à lei que alterou a sistemática de divisão dos royalties do petróleo.

Assim que detectaram o potencial da decisão, especialmente a paralisação do Congresso e a não aprovação do orçamento, ministros passaram a discutir reservadamente uma saída para a encruzilhada em que Fux se colocou.

A solução sairá nesta semana. Para contornar o imbróglio resultante deste caso, os ministros vão pelo menos restringir os efeitos da liminar. Como pediu a AGU, a

Corte deverá limitar a decisão para os vetos mais recentes e para os futuros.

A liminar concedida por Fux foi ao encontro dos interesses do Rio de Janeiro, estado do ministro. E anulou a estratégia dos parlamentares dos demais estados, que estavam interessados em derrubar os vetos ainda no ano passado para dividir os recursos bilionários dos royalties de petróleo.

O efeito colateral gerou a reação do Congresso e da presidente da República. Na quarta-feira, os presidentes da Câmara e do Senado se reuniram a portas fechadas com Fux. Antes, por ordem de Dilma, a AGU encaminhou ao gabinete do ministro um memorial que estimava um rombo de R\$ 471 bilhões nas contas do governo caso os vetos fossem derrubados.

O primeiro dos recuos de Fux data de novembro de 2011, no seu primeiro ano de STF. Relator da ação que defendia a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, ele abriu uma brecha. O ministro afirmava em seu voto que seriam inelegíveis os políticos que renunciassem ao mandato depois que o processo de cassação por quebra de decoro estivesse aberto. A lei aprovada pelo Congresso era mais rígida — previa que seriam atingidos os políticos que renunciassem ao mandato para fugir do processo de cassação, mesmo que o processo ainda não estivesse aberto. Bastaria haver uma representação. Fux voltou atrás no dia seguinte e manteve a ver-

são inicial da lei.

No ano passado, novo recuo. Fux julgou inconstitucional a medida provisória que criou o Instituto Chico Mendes. O efeito dessa decisão era que todas as 500 MPs aprovadas no passado teriam novamente de ser votadas. Fux se viu obrigado a voltar atrás.

# GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

24 FEV 2013

## **Olho vivo**

### **Enfim o Sipar? 1**

Pode estar próximo do fim o Impasse que impede a Implantação do Sipar – a indústria de processamento do lixo de Curitiba e região metropolitana. Basta que o prefeito Gustavo Fruet e o Tribunal de Contas concordem com a proposta formulada a ambos pelo consórcio Recipar, primeiro colocado na concorrência internacional decidida em 2010. O resultado da licitação foi impugnado pelo Tribunal de Contas, que alegou que o projeto do Recipar não atendia o edital.

### **Enfim o Sipar? 2**

O consórcio metropolitano impetrou mandado de segurança contra a decisão do TC, mas, na última segunda-feira, o TJ suspendeu o julgamento quando o Recipar comunicou ter proposto ao TC e ao prefeito de Curitiba (que preside o consórcio metropolitano) adequar seu projeto às exigências técnicas. Caso sua proposta seja acolhida, o mandado de segurança perderia objeto, argumentou o advogado do Recipar, Romeu Bacelar.

### **Enfim o Sipar? 3**

No caso de concordância, a implantação do Sipar poderá se iniciar imediatamente, sepultando a última das barreiras judiciais que se sucederam desde o lançamento do edital, em 2007. Não é improvável, porém, que a Tibagi Engenharia (classificada em 2º lugar na concorrência) conteste o pretendido acordo. Com a impugnação do Recipar, a Tibagi se considera na vez para assumir o empreendimento.

## **CONTRADITÓRIO**

### **Senado ouve juristas contrários à reforma do Código Penal**

Um dos maiores críticos da atual proposta de reforma do Código Penal, o jurista e ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior vai ser ouvido na quinta-feira pela comissão especial que analisa o projeto no Senado. No ano passado, uma comissão de juristas elaborou um anteprojeto que originou o projeto de lei que tramita na Casa. As informações são da Agência Brasil. Reale, que é professor titular de direito penal da Universidade de São Paulo (USP), deve debater as mudanças propostas com o próprio relator-geral da comissão de juristas que elaborou o texto, o procurador da República Luiz Carlos dos Santos Gonçalves. Em novembro, a pedido da OAB, a tramitação da proposta foi interrompida para que o debate pudessem ser aprofundado.

24 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## O que os parlamentares do PR querem ver aprovado até 2014

Reforma política, criação de um TRF no Paraná e a derrubada do veto à redistribuição dos royalties do petróleo são as propostas mais citadas pelos deputados do estado

A derrubada do veto da presidente Dilma Rousseff à distribuição mais igualitária dos royalties de petróleo, a aprovação de uma reforma política e a criação de um Tribunal Regional Federal (TRF) no Paraná são as propostas em discussão no Congresso Nacional mais citadas pelos deputados federais paranaenses como prioridades para a segunda metade da atual legislatura. Os três temas estão em estágio de tramitação avançado, com chances de serem votados neste semestre. Também são lembrados pelos parlamentares projetos polêmicos como a reforma tributária, as mudanças

na distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e uma emenda constitucional que daria ao Legislativo competência exclusiva sobre a demarcação de áreas indígenas.

Durante a semana passada, a **Gazeta do Povo** procurou os 30 deputados do Paraná que estão no exercício do mandato para comentar os projetos que eles consideram mais importantes (veja o resultado final da consulta no quadro da página anterior). As respostas, espontâneas, ajudam a mapear os principais interesses da bancada do estado.

Oito disseram que o projeto mais importante, sob a ótica nacional, é o da reforma política. O texto mais avançado sobre a questão é um anteprojeto do deputado Henrique Fontana (PT-RS), que deve ser colocado em discussão no plenário em "fatias". Fontana tem como foco quatro propostas: a coincidência das eleições municipais, estaduais e federais; o fim das coligações nas eleições proporcionais; a adoção do financiamento público exclusivo e a criação de um no-

vo sistema de votação proporcional com listas 100% abertas (nas quais o eleitor opta diretamente pelo candidato ou por uma lista de nomes pré-determinada pelos partidos).

Sobre a proposição mais importante para o estado, nove mencionaram a proposta de emenda à Constituição 544/2002, que cria mais quatro TRFs, incluindo um no Paraná. A proposição já foi aprovada pelo Senado e espera por uma decisão final do plenário da Câmara desde novembro de 2003. "É uma questão de democratizar o acesso à Justiça", disse a deputada Cida Borghetti (PP), lembrando que hoje as demandas federais de segundo grau do Paraná são remetidas ao TRF-4, no Rio Grande do Sul.

Outros nove falaram sobre a relevância de derrubar o veto dos royalties. Em dezembro, Dilma barrou o artigo 3.º do projeto de lei aprovado por deputados e senadores que previa a diminuição do volume de royalties dos contratos em vigor destinados aos estados e municípios produtores de petróleo.

CONTINUA

24 FEV 2013  
GAZETA DO POVO  
CONTINUAÇÃO

A decisão beneficiou Rio de Janeiro e Espírito Santo, mas desagradou aos parlamentares dos demais estados. “Se derrubarmos o veto, garantimos um incremento de caixa de R\$ 400 mil a R\$ 500 mil por ano para municípios pequenos do Paraná”, defende Luiz Nishimori (PSDB).

**“É uma questão de democratizar o acesso à Justiça.”**

Cida Borghetti (PP), deputada federal, sobre a aprovação do projeto que prevê a criação de um TRF no Paraná.

24 FEV 2013

GAZETA DO POVO

# Inquérito na boate Kiss terá entre seis e oito indiciados

Além dos quatro já presos, polícia indiciará a mãe e a irmã de um dos sócios, um barman e o rapaz que atuava como gerente

A primeira etapa do inquérito que investiga a morte de 239 pessoas no incêndio da boate Kiss, em Santa Maria (RS), prevista para ser concluída até 28 de fevereiro, terá entre seis e oito indiciados, segundo fontes ligadas à investigação. Os indiciamentos serão por homicídio qualificado por asfixia, com dolo eventual, com pena máxima de 30 anos pelo Código Penal. A investigação, na reta final, vai se deter nesta etapa no núcleo de pessoas que participavam diretamente da operação da boate e que, pelo critério de "proximidade", contribuíram para o resultado da tragédia.

O indiciamento de agentes públicos deverá ficar para a segunda etapa da investigação, podendo inclusive dar a origem a um novo inquérito.

Nesse caso, os que forem indiciados responderão por prevaricação, ou seja, quando um funcionário público deixa de desempenhar sua função em benefício de um terceiro. A pena máxima para esses casos é de um ano de detenção.

## Família sob suspeita

Além dos quatro suspeitos presos desde 28 de janeiro (dois sócios da boate e dois integrantes da banda Gurizada Fandangueira), a polícia deve indiciar na primeira fase também a mãe e a irmã de Elissandro Spohr (um dos sócios presos), Marlene Terezinha e Ângela Aurélia, o cunhado do empresário e namorado de Ângela, Ricardo Gomes, e o barman Erico Paulus Garcia, que instalou a espuma tóxica no teto da boate.

O indiciamento criminal dos administradores da boate será acompanhado por um pedido de prisão preventiva para os quatro suspeitos já presos. Como a prisão provisória vence no dia 2 de março, o inquérito precisa ser remetido ao Ministério Público (MP) até a quinta-feira para que os quatro envolvidos que

estão detidos não sejam libertados. Depois disso, o MP tem até dez dias para denunciá-los à Justiça.

A mãe e a irmã de Elissandro Spohr deverão ser indiciadas porque aparecem como proprietárias no contrato social. A irmã ajudava na organização das festas e tinha um dia a dia presente na boate. O namorado dela, Ricardo Gomes, ajudava na organização da boate e atuava como uma espécie de gerente, na ausência de Elissandro e de Mauro Hoffmann — o outro sócio da Kiss que também está preso. Continuam internados 26 pacientes, quatro em estado crítico, respirando com aparelhos.

25 FEV 2013

## GAZETA DO POVO

### **Extravio de bagagem por companhia aérea acabou no tribunal**

! A TAM Linhas Aéreas foi condenada a indenizar uma passageira que embarcou em Foz do Iguaçu com destino a João Pessoa (PB) pelo extravio de sua bagagem. Pelos danos materiais, correspondentes ao valor dos objetos contidos na mala, a passageira recebeu R\$ 7 mil, além de R\$ 15 mil por danos morais. Para o desembargador Francisco Luiz Macedo Junior, relator do recurso de apelação, o fato da companhia aérea admitir o extravio e de que a responsabilidade pelo transporte é da empresa justifica a indenização. "É de se esclarecer que, segundo posição dominante na jurisprudência, a questão relativa à responsabilidade do transportador, em viagens aéreas nacionais ou internacionais, bem como o valor da indenização, nos casos de extravio de bagagens, são institutos regulados pelo Código de Defesa do Consumidor. A alegação de culpa exclusiva da vítima é, até, infantil, pois eventual conduta imprópria do consumidor quanto ao conteúdo da bagagem não isenta a fornecedora, que responde objetivamente pelo extravio em face da má-prestação do serviço", disse, em seu voto.

### **Recusa de atendimento por plano de saúde gera indenização na Justiça**

! A Unimed Curitiba Sociedade Cooperativa de Médicos foi condenada a pagar a um usuário de seu plano de saúde a quantia de R\$ 15 mil, a título de indenização por dano moral, por ter se recusado a custear um tratamento sob alegação de que não havia previsão contratual. Para o desembargador José Aniceto, relator do recurso de apelação, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) informa que as cláusulas contratuais que limitam direitos dos consumidores devem ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão. "As cláusulas que não têm essa clareza de compreensão são consideradas abusivas, devendo, conseqüentemente, serem declaradas nulas de pleno direito. No presente caso, não resta comprovado que a exclusão da cobertura para tratamento médico experimental era conhecida pelo apelado, vez que não foi conferido o referido destaque à cláusula contratual que a previa", disse em seu voto. (JPS, com informações do TJ-PR).

25 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## Evangélico se cala sobre prisões e novas denúncias

Polícia Civil confirma que médica chefiava UTI sem ter registro de intensivista, como prevê a lei

Felipe Aníbal e Rosana Félix

O Hospital Evangélico, que passa pela pior crise de sua história, de acordo com os próprios dirigentes, se calou ontem sobre as novas denúncias envolvendo profissionais da entidade. Na noite de sexta-feira, a Justiça decretou a prisão provisória de mais quatro pessoas que trabalharam na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) geral da instituição.

No sábado, a Polícia Civil afirmou que a médica Virginia Helena Soares de Souza — detida em caráter provisório desde terça-feira — não é intensivista, especialidade médica necessária para diri-

### DESAGRAVO

#### Instituição ganha abraço simbólico e apoio de autoridades

Cerca de 500 pessoas ligadas ao Hospital Evangélico participaram ontem de um ato de apoio à instituição. Emocionados, deram um abraço simbólico ao prédio e fizeram um minuto de silêncio, pelas denúncias referentes às mortes de pacientes.

A manifestação foi conduzida pelo capelão do Evangélico, Epaminondas Carmargo da Silva, que ressaltou que a instituição trabalha para salvar vidas. Ele também classificou as de-

gir uma UTI. Na quinta-feira, a Gazeta do Povo já havia publicado a informação de que outro médico era responsável técnico pela unidade.

O advogado dela, Elias Mattar Assad, afirmou que ela tinha o registro e que apenas não tinha feito o protocolo no Conselho Federal de Medicina (CFM). “É apenas burocracia”, afirmou. De acordo com Assad, Virginia atua como intensivista há 20 anos, e assumiu o comando da UTI do Evangélico em 2006.

A Gazeta do Povo questionou a direção do Evangélico sobre o fato na quinta-feira, mas o diretor-clínico da instituição, Gilberto Pascolat, negou que a médica chefiasse a UTI — apesar de a informação constar da página da instituição na internet.

### Nota

Em nota oficial, a instituição disse que enfrenta uma “situação peculiar que acon-

núncias como “a fase mais difícil da história” do Evangélico. “Apesar da gravidade das denúncias, a sociedade pode confiar na seriedade e no bom atendimento do Hospital Evangélico”, disse o secretário municipal de saúde, Adriano Massuda. “O importante é separar o joio do trigo. Essas denúncias não podem se sobrepor à história do Evangélico”, disse o secretário estadual de Saúde, Michele Caputo Neto. Outras instituições, como o Ministério Público do Paraná, os conselhos estadual e federal de Medicina também emitiram nota em apoio ao Evangélico.

tece fora do controle da sua administração”. E que apenas uma unidade enfrentou um “fato constrangedor e lamentável”. Mas o hospital garante que atua para garantir serviços de qualidade e que “todas as ações para esclarecimento do fato” estão sendo tomadas pela instituição.

O secretário Municipal de Saúde, Adriano Massuda, disse que a sindicância que está sendo realizada pelos órgãos de saúde confirmou que Virginia não tem especialização de intensivista. “Isso deve ser apurado mais detalhadamente pelo Conselho Regional de Medicina e pela polícia.”

O inquérito da Polícia Civil que motivou a prisão de Virginia investiga a ocorrência de seis óbitos na UTI geral, segundo o advogado dela. A investigação corre sob sigilo de Justiça, e por isso há poucas informações sobre o caso.

### DECISÃO

Uma decisão judicial determinou que a Polícia Civil entregue, no prazo de 24 horas, cópia de todas as gravações e dos prontuários apreendidos na UTI do Hospital Evangélico aos advogados das pessoas presas por envolvimento no caso. Além de Virginia Souza, foram presos no sábado, em caráter provisório, mais três médicos. Uma enfermeira também teve a prisão decretada e deve se apresentar hoje à polícia. Mas a prisão temporária de Virginia foi convertida em preventiva, e por isso ela vai permanecer detida por tempo indeterminado, até nova decisão judicial.



# 25 FEV 2013

## GAZETA DO POVO

### BOATE KISS

#### Prefeitura de Santa Maria e estado gaúcho serão alvo de ação

A Defensoria Pública do Rio Grande do Sul anunciou que vai ingressar com ação coletiva por danos morais e materiais contra a prefeitura de Santa Maria e o próprio Estado pela morte de 239 pessoas no incêndio da boate Kiss, ocorrido na madrugada do dia 27 de janeiro. Segundo o dirigente do Núcleo

de Direitos Humanos da Defensoria Pública estadual, João Carmona Paz, há "fortes indícios" da responsabilidade de entes públicos na tragédia, devido à falta de fiscalização das condições de segurança do estabelecimento. A ação coletiva vai buscar a condenação dos responsáveis, no plano civil, com o pagamento de indenização às famílias das vítimas e aos sobreviventes. Obtida a condenação, caberá a cada família buscar a liquida-

ção da sentença junto à Justiça. Só aí são calculados os valores a serem pagos. A Defensoria definirá hoje a estratégia.

# 190

familiares de vítimas do incêndio e outros 20 sobreviventes criaram uma associação para representá-los em processos criminais e de indenização.

### BESSA

#### Dia de homenagens

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, estará hoje, às 8h30, na Associação Comercial do Paraná para receber o título Cidadania ACP, homenagem que a entidade presta àqueles que, seja na vida pública ou na atividade privada, defendem os princípios da ética, respeito humano, liberdade e democracia. Dalazen, nascido no Rio Grande do Sul, formou-se em direito pela UFPR.

...

Às 18 horas, Dalazen recebe o título de Cidadão Honorário do Paraná na Assembléia Legislativa.

### NOTA POLÍTICA

#### Agenda

Quarta-feira: os ministros do STF devem definir a ordem de votação dos vetos presidenciais que aguardam análise do Congresso. A corte vai decidir se os parlamentares são obrigados a apreciar os 3.060 vetos em ordem cronológica.

### NOTA POLÍTICA

#### Título

A partir de hoje, o eleitor que está com o título em situação irregular deve procurar o cartório eleitoral para regularizar a situação. Quem não votou nem justificou a ausência nas últimas três eleições e não prestar contas à Justiça Eleitoral terá o título cancelado a partir de 12 de maio. No site do TSE ou nos cartórios eleitorais, o eleitor pode verificar se está em situação regular ou se corre risco de cancelamento do documento.

25 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## Cresce violência contra morador de rua

Em uma semana, dois homens foram mortos e outro teve metade do corpo queimado em Curitiba. No ano passado, houve 73 mortes no Paraná

Na última semana, dois homens foram mortos e outro teve 53% do corpo queimado em três bairros diferentes de Curitiba. Em comum, a falta de endereço e identificação das vítimas aponta para o recrudescimento da violência contra moradores de rua. Somente no ano passado, de acordo com casos relatados pela *Gazeta do Povo*, nove pessoas que vivem nas ruas de Curitiba foram vítimas de violência — quatro delas morreram e cinco foram espancadas ou tiveram o corpo incendiado.

Os números da violência contra essa população, porém, podem ser ainda maiores. Segundo o Movimento Nacional da População de Rua do Paraná, 73 moradores de rua morreram no estado inteiro entre janeiro e outubro do ano passado — 60 dos casos foram de morte violenta.

Os dados, de acordo com Regiane da Silva Kieppe, 39, uma das coordenadoras do MNPR-PR, são resultado do cruzamento de informações de órgãos oficiais. “Pegamos as informações do Disque 100 [serviço de denúncias da Presidência da República] e dos órgãos policiais”, afirma.

Responsável pelas investigações dos casos curitibanos, o titular da Delegacia de Homicídios, Rubens Recalcatti, aponta para um número menor. “Na capital, no ano passado, foram cinco casos. A maioria está relacionada com brigas entre membros do próprio grupo”, afirma o delegado, que admite encontrar dificuldades na apuração desses casos. “Falta referência pessoal da própria vítima”, justifica.

A motivação justificada por Recalcatti, porém, é rebatida por quem está na linha de frente da situação. “Em qualquer classe social há briga. Mas nós somos vítimas da intolerância da sociedade. Tem filho de família classe média que vê uma pessoa no papelão e desce do apartamento dele só para espancar o morador de rua”, afirma o paulista Antônio Ricardo Coelho de Assis, 36, que mora nas ruas do centro curitibano há quase 20 anos.

Carlos Humberto dos Santos, o Pulga, vai além. “Já perdi inúmeros colegas na rua e nunca vi alguém ser considerado culpado. Mesmo que o assassino seja um morador de rua, ele precisa ser preso pelo crime que cometeu”, diz o curitibano de 43 anos, que não se separa de outros quatro moradores de rua. “Temos de andar em grupo para nos proteger”, afirma.

### INCÓGNITOS

**Curitiba não dispõe de censo atualizado sobre sua população de rua**

O último dado de conhecimento da Prefeitura de Curitiba sobre a presença de moradores de rua em vias da cidade remete a 2008, quando um censo coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social apontou para a existência de 2,7 mil pessoas em situação de rua na capital paranaense.

Segundo o MNPR-PR, porém, esse número já é muito maior. “Temos, pelo menos, 4 mil morando nas ruas em Curitiba”, diz Frank Silva, 38, coordenador municipal do movimento. De acordo com a Fundação de Ação Social (FAS), órgão comandado pela primeira-dama Macia Fruet, a prefeitura mantém 555 vagas em abrigos próprios ou conveniados e que, no passado, foram realizados 3.014 atendimentos à população de rua. Em 2.042 deles, segundo a administração municipal, os atendidos informaram ter vínculo familiar.

25 FEV 2013

# GAZETA DO POVO

## Revogada a cobrança da contribuição "IASP"

### ARTIGO

**(GERÓLDO AUGUSTO  
HAUER – G. A. HAUER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS,  
sócio fundador geroldo@  
gahauer.com.br**

**N**o início deste ano as empresas de transporte rodoviário consolidaram vitória no Judiciário, ao ser publicado pelo Governo do Estado do Paraná, o Decreto 7118 que revogou o Decreto nº 819/1971 que instituiu a cobrança da contribuição denominada "IASP" recolhida pelo Departamento de Estradas de Rodagem-DER.

A referida contribuição estabelecia, pelo revogado decreto, um acréscimo de 2% (dois por cento) sobre o valor básico da tarifa das passagens emitidas os quais seriam destinados à Fundação de Integração e Desenvolvimento de Entidades Sociais – FIDES.

Ocorre que esta cobrança foi instituída por Decreto, e nenhuma Lei Ordinária dispondendo sobre a instituição e cobrança da referida taxa foi editada desde sua publicação.

Assim não obstante o objetivo que norteava a contribuição, a cobrança era ilegal e inconstitucional porque instituída mediante Decreto, o que afronta o princípio constitucional da reserva legal, previsto no art. 150, I da Constituição Federal, e pelo qual somente a Lei pode instituir ou aumentar tributo, sendo que as contribuições, tendo em vista o seu caráter de tributo, seguem o mesmo princípio, segundo previsto

no art. 149 da Carta Política e art. 97, V do Código Tributário Nacional, sendo que decretos não tem força de lei para o caso, e tampouco pode-se dizer que tenham sido recepcionados pela nova Constituição porque incompatíveis com o sistema por ele criado.

Diante da flagrante inconstitucionalidade diversas empresas questionaram no Poder Judiciário a partir de 2010 a cobrança ilegal da referida taxa, e ao final do ano passado obtiveram êxito nas referidas demandas.

As sentenças que julgaram procedentes os pedidos de reconhecimento da inconstitucionalidade merecem destaque: "Portanto reconhecido que a contribuição instituída pelo Decreto 819/1971 não foi recepcionada pela Constituição Federal, deve ser julgado procedente o pedido formulado pela autora de reconhecimento da sua inexigibilidade, assim como deve ser rejeitado o pedido formulado em reconvenção, de condenação da autora ao pagamento da contribuição. Esclareço, finalmente, que pouco importa a destinação da contribuição ou o fato de que tal parcela vem sendo considerada na fixação das tarifas de transporte, quando tal tributo não foi recepcionado pela nova Ordem Constitucional." (Sentença prolatada pela Juíza Doutora Carolina Delduque Sennes Basso da Terceira Vara da Fazenda Pública). No mesmo

sentido ressaltamos trecho da sentença proferida pelo Juiz Doutor Bruno Henrique Golon da Quarta Vara da Fazenda Pública: "Desta forma, em vistas de que a contribuição aqui discutida originou-se sob a forma de Decreto, não se há falar em constitucionalidade do tributo, tendo em vista o paradigma com a Ordem Constitucional de 1988, que passou a exigir Lei em sentido estrito para a criação de tributos".

Ante a pressão feita pelas entidades representativas das empresas de transportes, juntamente com a força das decisões emanadas do Judiciário Paranaense, o Governo do Estado optou por revogar o Decreto supramencionado, extinguindo a contribuição "IASP". As empresas do setor podem agora pleitear a restituição dos valores recolhidos indevidamente.

**(Colaboração: Carolina Chaves Hauer,  
G. A. Hauer Advogados Associados -  
geroldo@gahauer.com.br)**

23 FEV 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## TRF libera propaganda de alimentos ricos em gordura

Desembargadores confirmam suspensão de resolução da Anvisa de 2010 que regulamentava essa publicidade

Desembargadores do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região confirmaram ontem a suspensão de uma resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de 2010 que regulamentava a publicidade de alimentos com quantidades elevadas de açúcar, gordura e sódio e bebidas não alcoólicas com baixo teor nutricional.

A 6.ª Turma do TRF rejeitou um recurso da Anvisa e manteve uma decisão da Justiça Federal em Brasília que já havia anulado a resolução. A norma determinava a veiculação de advertências associando o consumo dos produtos a problemas de saúde como diabetes, pressão alta e obesidade.

A Justiça também tinha ordenado que a Anvisa não aplicasse sanções pelo eventual descumprimento da resolução.

Para conseguir suspender a regra, o advogado da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), Luís Roberto Barroso, sustentou que a publicidade é uma forma de liberdade de expressão e só pode ser restringida por uma lei aprovada pelo Congresso Nacional.

“A Anvisa tem poder para aplicar a lei vigente, mas não possui competência para inovar no ordenamento jurídico criando novas normas”, argumentou a Abia. “As cláusulas de advertência contidas na RDC (Resolução da Diretoria Colegiada) n. 24/2010-Anvisa não visam alertar o público. Elas são contra a propaganda.”

Para o relator do recurso no TRF, desembargador Jirair Meguerian, a Constituição Federal não atribuiu à Anvisa competência para regulamentar o assunto. Segundo Meguerian, a Constituição é clara ao estabelecer que

### ● Crítica

#### ISABELLA HENRIQUES

DIRETORA DE DEFESA E FUTURO DO INSTITUTO ALANA

“Para esse público (as crianças), advertências têm alcance muito restrito.”

compete à lei federal estabelecer meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de propaganda de produtos que possam ser nocivos à saúde. Para o desembargador, a Anvisa criou uma obrigação nova, o que não era possível.

Procurada, a Anvisa afirmou que somente se manifestaria depois de formalmente notificada. O gerente técnico do Instituto de Defesa do Consumidor, Carlos Thadeu de Oliveira, lamentou a decisão da Justiça. “É uma notícia ruim. As advertências poderiam ajudar na conscientização sobre os riscos do consumo excessivo desses alimentos.”

**Outras ações.** A diretora de Defesa e Futuro do Instituto Alana, Isabella Henriques, diz que a decisão abre um precedente, mas não esgota o assunto. “Há na Justiça outras nove ações semelhantes. E, em alguns dos processos, a decisão, mesmo em segunda instância, foi favorável à Anvisa.”

Para Isabella, a resolução representaria um instrumento importante para reduzir o consumo de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sal entre a população adulta, mas teria uma eficácia limitada entre as crianças. “Para esse público, advertências têm alcance muito restrito.”

Mesmo sem a resolução da Anvisa, diz Isabella, o País tem mecanismos para evitar abusos na propaganda, mas eles não são colocados em prática. “As regras existentes dão margem ao maior controle, basta uma nova interpretação do Judiciário.”

23 FEV 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

### Back home

O juiz **Sérgio Moro** está de malas prontas: vai voltar para o Paraná. Um dos maiores especialistas do País em lavagem de dinheiro, ele auxiliou **Rosa Weber**, do STF, no julgamento do mensalão.

### Suspense

O STJ retoma, terça-feira, o julgamento da maior disputa societária brasileira – sobre a validade da arbitragem prevista no acordo de acionistas firmado entre os Odebrecht e os Gradin.

### Defesa grátis

Com a posse de 120 novos defensores públicos, ontem, SP terá, pela primeira vez, pelo menos um profissional em cada comarca onde há presídios. Eles atuarão em 61 municípios para acompanhar o cumprimento de pena de presos sem dinheiro para pagar advogado.

A lei, sancionada por **Alckmin** em dezembro, prevê, ao todo, 400 novos cargos em 4 anos.

23 FEV 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### Advogado de médica diz que polícia não tem provas

Segundo ele, policial infiltrado na UTI de hospital antes de prisão de suspeita não colheu evidência de possível crime

**Julio Cesar Lima**

ESPECIAL PARA O ESTADO/ CURITIBA

A falta de informações em um relatório produzido por um policial infiltrado e que agiu por dois meses disfarçado na equipe de enfermagem da médica Virgínia Soares de Souza, 57 anos, presa na última terça-feira sob a acusação de homicídio qualificado por mortes ocorridas na UTI do Hospital Evangélico, em Curitiba (PR), está provocando dúvidas sobre a legitimidade da ação policial.

O advogado de defesa, Elias Mattar Assad, teve acesso parcial ao processo e informou que não há nada que prove a acusação que recai sob sua cliente. "Se um policial não descreveu nenhuma ação criminosa dela, ou gravou, filmou, como podem acusá-la de algo? Não há materialidade nessas acusações", disse.

**Defesa.** Um grupo de familiares e companheiras de trabalho questionou as denúncias feitas contra Virgínia em uma entrevista coletiva ontem, na capital. O filho de Virgínia, Leonardo Prisco de Souza, 36, confirmou o temperamento forte de sua mãe, conforme era descrita por outros profissionais. "É uma pessoa muito ativa, não tinha hora para trabalhar. Por isso, muitas pessoas não gostavam dela", afirmou.

Desde quarta-feira, a delegada Paula Brisóla tem se abrigado sob o segredo de Justiça para não dar declarações. Fontes ligadas à Polícia Civil, porém, garantem que na próxima semana "haverá coisas novas".

23 FEV 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## Condenado a 33 anos e 9 meses de prisão, Gil Rugai vai para casa

Após cinco dias de julgamento, Gil Rugai, de 29 anos, foi condenado a 33 anos e 9 meses de prisão pela morte do pai e da madrasta há quase nove anos por motivo torpe. Às 19 horas de ontem, o juiz Adilson Simoni determinou que o réu pode recorrer da sentença pelo duplo homicídio qualificado em liberdade.

Sem a gravata usada no julgamento, Rugai ouviu o veredicto impassível. “É um sentimento de ganhou, mas não levou. A Justiça ainda não foi feita”, afirmou o assistente de acusação, Ubirajara Mangini.

A decisão dos jurados, apertadíssima, foi revelada por volta das 16h30 de ontem, pelo promotor de Justiça Rogério Zagallo, que entrou no plenário com lágrimas nos olhos e foi ovacionado pelos colegas, que o aplaudiram em pé. O resultado foi apertado: por 4 votos a 3, os jurados condenaram o réu.

Durante os debates, em uma estratégia ousada, Zagallo aumentou o tom e abriu mão da réplica, evitando assim dar mais uma hora aos advogados de defesa. “Com isso, eles morreram como zap na mão”, avaliou o promotor Arual Martins, referindo-se à principal carta do jogo de truço. Luis Carlos Rugai, de 40 anos, e Alessandra Troitino, de 33, foram assassinados a tiros em

28 de março de 2004 na casa onde moravam, em Perdizes, na zona oeste. Desde então, as suspeitas recaíram apenas sobre Gil, o filho mais velho, que sonhava em ser padre.

Com um tom de voz exaltado, Zagallo expôs o perfil do réu, que classificou como uma pessoa de “personalidade dupla”. Segundo o promotor, Gil se divide entre a “normalidade e a psicopatia”. E mostrou imagens da chegada do acusado à casa do pai após o crime para ressaltar o tipo frio, calculista, capaz de matar. Para comprovar sua tese, leu diversos depoimentos colhidos durante o processo e ressaltou alguns comentários, como o feito por um dos funcionários da produtora do casal. “Esse funcionário disse que ouviu Gil dizer: ‘Seria mais feliz se meu pai morresse’.”

A defesa rebateu, tentando desmontar a imagem de “monstro” do réu, chamado por seus advogados de “menino, moleque, padrecó”, e desqualificando provas e testemunhas. Durante sua explanação, os advogados Marcelo Feller e Thiago Anastácio ainda mostraram supostas contas telefônicas que tirariam o acusado da cena do crime. O plano não deu certo. Os dois últimos votos dos jurados nem sequer foram abertos na sala secreta – Gil foi condenado.

Logo depois de saber da condenação, Zagallo falou com os jornalistas ainda emocionado: “Tenho a sensação do dever cumprido. Esta semana não foi fácil. Tentaram me humilhar, disseram que não estudei o caso e que minha denúncia é ridícula, mas eu sei o que faço. Não colocaria o Gil ali (*no banco dos réus*) à toa.”

**CONTINUA**

23 FEV 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## Se for preso, Gil só terá de cumprir mais 3 anos e 1 mês

Acusado permanecerá solto até que os recursos sejam julgados; para juiz, Rugai é 'dissimulado e extremamente perigoso'

Como já ficou 2 anos e 6 meses preso e é réu primário, mesmo que se esgotem os recursos e se confirme a condenação em todas as instâncias da Justiça, Gil Rugai deve ficar preso em regime fechado apenas por mais 3 anos e 1 mês. Na sentença lida ontem, o juiz Adilson Simoni já adiantou que a progressão da pena poderá ocorrer depois do cumprimento de um sexto da pena em regime fechado - 5 anos e 7 meses do total.

O acusado permaneceu solto por força de um habeas corpus que havia sido concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para aguardar o fim do julgamento em liberdade. Como o mérito do HC ainda não foi julgado, o magistrado preferiu manter o réu em liberdade. Ele deve ficar solto até o julgamento do mérito ou até a sentença transitar em julgado.

Durante a leitura da sentença, na descrição do duplo homicídio, Simoni descreveu Rugai como "dissimulado e extremamente perigoso". Seria o autor do duplo homicídio por motivo "moralmente reprovável e desprezível". O juiz também sem mostrou emocionado durante a leitura e fez uma longa lista de agradecimento - dos estagiários aos jornalistas, da mulher à sogra.

A tese da acusação - de que desfalques na empresa e ciúme

### Defesa vai recorrer da sentença nos próximos dias

Os advogados de defesa vão recorrer da sentença. Segundo

#### Nada de dividir carro

#### ROGÉRIO ZAGALLO

PROMOTOR

"Ele não é esse anjinho que parece. Não vai participar do conclave (para eleger o próximo papa). Já fiz acusações contra inúmeros réus, bandidos, gente do PCC (Primeiro Comando da Capital), traficantes, homicidas os mais perigosos. Eu divido um carro com qualquer um dos réus que condenei. Com o Gil Rugai, eu não divido carro"

do pai foram os motivos da morte - foi citada na sentença. Por 4 votos a 3, os jurados consideraram o réu culpado. Também por 4 votos a 3, concordaram com o motivo torpe apontado pelo promotor Rogério Zagallo.

Em um dos júris mais imprevisíveis dos últimos tempos, adiado por duas vezes desde 2004, o veredicto começou a ser fechado apenas nos últimos dois dias. Apesar de testemunhas terem afirmado ainda na segunda-feira que Gil era culpado, foi anteontem que a acusação ganhou a dianteira. E justamente com o interrogatório do réu, que se negou a responder às perguntas do promotor Rogério Zagallo.

Com respostas calculadas e aparentemente treinadas, Gil

Marcelo Feller, "o júri é reflexo da sociedade, que é preconceituosa". O defensor de Gil Rugai ressaltou que o resultado foi apertado - 4 votos pela condenação e 3 pela absolvição - e afirmou que, se tivesse "mais alguns dias", poderia ter revertido

não demonstrou emoção, saudade nem indignação. Ao magistrado, disse ainda que havia desistido de procurar o verdadeiro culpado pelos crimes porque já estava ficando paranoico. "Ele já chegou condenado, depois de 9 anos de exposição na imprensa. Seria muito difícil para a defesa reverter a situação", avaliou o advogado Alberto Zacharias Toron, sócio do advogado Marcelo Feller, que atuou na defesa de Rugai.

**Defesa.** Os advogados de defesa tentaram em vão desmontar os pilares da acusação. Procuraram levantar contradições e fragilidades nos depoimentos de testemunhas que apontaram Gil como esquisito e dono de armas. Cruzaram dados de contatos telefônicos para demonstrar que seria impossível o réu estar na cena do crime e contestaram a forma como a arma do crime foi encontrada.

Eles ainda criticaram as investigações da polícia. "Foi uma semana difícil e acho que a defesa exagerou em alguns momentos. Mas a vida segue e não pretendo entrar contra eles na justiça", afirmou o delegado Rodolpho Chiarelli, que investigou o caso pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa.

a desvantagem.

A defesa tem cinco dias para manifestar o desejo de recorrer. Ao todo, foram ouvidas 15 testemunhas de acusação e defesa. Se o recurso for aceito, Gil pode ser novamente julgado ou mesmo absolvido. **CONTINUA**



23 FEV 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### O JULGAMENTO EM FRASES

**Primeiro Dia**

**Thiago Anastácio,  
Advogado de defesa**

“Até o fim deste júri, ficará claro que toda a denúncia é infundada.”

**Segundo Dia**

**Alberto Bazaia Neto,  
testemunha de acusação**

“Ele (*o pai de Rugai*) disse que Gil era um menino perigoso.”

**Terceiro Dia**

**Leo Grego Rugai, irmão**

“Foi uma coisa de olho no olho. Ele me garantiu (*que não matou o casal*). Olhei no olho dele e acreditei.”

**Quarto Dia**

**Rogério Zagallo, promotor,  
após Gil ficar calado**

“Se me acusassem injustamente de matar meu pai, eu ia querer gritar ‘sou inocente’.”

**Último dia**

**Ubirajara Mangini,  
assistente de acusação**

“É um sentimento de ganhou, mas não levou. A Justiça ainda não foi feita.”

**Último dia**

**Marcelo Feller, advogado  
de defesa**

“O júri é reflexo da sociedade, que é preconceituosa.”

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ROBERTO DELMANTO JÚNIOR

23 FEV 2013

## No Tribunal do Júri, é o povo quem julga e interage com a Justiça

**S**ou um defensor do Tribunal do Júri. É democracia participativa, direta, mas na própria administração da Justiça; afinal, o poder emana, ou deveria emanar, do povo. Está presente entre nós desde antes de o Brasil ser Brasil, tendo sobrevivido por séculos, inclusive vencendo duas ditaduras: a de Vargas e a dos militares.

Em junho de 1822, eram oito cidadãos, “bons, honrados, inteligentes e patriotas”, os escolhidos para julgar acusados por crimes contra a liberdade de imprensa. Após a independência, uma lei de 1830, seguida pelo Código de Processo Criminal do Império de 1832, criou o “júri de acusação”, composto por 23 jurados que decidiam se a pessoa seria pronunciada a enfrentar o “júri de sentença”, com 12 jurados. Naquela época, todas as causas iam a júri, como hoje nos Estados Unidos. Já em 1841, porém, a sua competência começou a ser restringida, não mais julgando crimes funcionais e alguns outros delitos.

Na República, com exceção da Carta da Ditadura Vargas de 1937, o júri foi mantido nas Constituições de 1891, 1934, 1946, 1967, 1969 e 1988, garantindo-se atualmente a plenitude de defesa, o sigilo das votações e a soberania do veredicto. Desde 1946, a sua competência, porém, ficou restrita aos crimes dolosos contra a vida.

É esse o Tribunal do Júri, com os seus séculos de história, que continua a prestar um grande serviço à nação, havendo essa simbiose entre os jurados, cidadãos como nós, que condenam ou absolvem, e o juiz togado, que define a pena.

No Tribunal do Júri, há várias vantagens: a) é impossível haver corrupção, sendo os jurados sorteados na hora; b) com o sigilo, parando-se no quarto voto, ninguém saberá como determinado jurado votou ou votaria; c) por serem sete os jurados, em tese o risco de erro judiciário é menor; d) com a soberania do júri, que só pode ser anulado pelo tribunal se houver nulidade ou, por uma única vez, se a decisão for manifestamente contrária à prova dos autos, o trânsito em julgado poderá ocorrer em menor tempo do que nos casos julgados em primeiro grau pelo juiz togado.

Os que criticam o júri afirmam que os jurados são leigos e não têm de motivar a sua decisão, que é secreta, aumentando-se, segundo eles, as chances de erro e de influência da opinião pública. Mas isso pode ocorrer com qualquer julgador, leigo ou togado. Há também a questão do alto custo e dos julgamentos demorarem dias, o que é verdade, mas faz parte de qualquer Judiciário democrático.

Muito poderia ser dito, mas, em apertada síntese, é esse, o Tribunal Popular, que tem chamado a atenção de toda a sociedade nesses julgamentos de tamanha repercussão, que mexem com as nossas emoções, não só pela gravidade das acusações, mas também por sermos nós, o povo, que julgamos e interagimos com a administração da Justiça. É esse o tribunal que condenou Gil Rugai, que absolveu Carla Cepollina, que condenou o casal Nardoni, que absolveu Adriana Almeida, viúva do ganhador da Mega-Sena, e condenou Suzanne von Richthofen. É esse o tribunal que merece todo o respeito de nossa pátria, sendo honrados os que nele atuam e o fazem realidade: jurados, juiz togado, advogados, promotores, peritos, policiais, serventários da Justiça e todos os demais que dão o melhor de si ao participar de tão difícil mister: julgar o próximo.

ADVOGADO CRIMINALISTA, DOUTOR EM PROCESSO PENAL PELA USP, CO-AUTOR DE 'CÓDIGO PENAL COMENTADO', CONSELHEIRO DA OAB/SP E PROFESSOR DA ESA/SP

23 FEV 2013

## O ESTADO DE S. PAULO Justiça mantém multa a Haddad e a ex-presidente

Por quatro votos a dois, o Tribunal Regional Eleitoral decidiu ontem manter a multa de R\$ 5 mil que havia aplicado ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, por propaganda eleitoral antecipada.

O tribunal acolheu os argumentos de que Lula e Haddad fizeram campanha antecipada em entrevista ao *Programa do Ratinho*, do SBT, em maio de 2012. A Lei Eleitoral proíbe a propaganda antes do início oficial da campanha, que só viria em junho.

O apresentador e a emissora tiveram a multa aumentada para R\$ 10 mil e R\$ 15 mil, respectivamente - a decisão anterior, da juíza auxiliar Carla Themis Lagrotta, de junho de 2012, impunha uma penalidade de R\$ 5 mil para cada um.

Hélio Silveira, advogado do PT, disse que recorrerá ao Tribunal Superior Eleitoral. Segundo ele, o TSE já consagrou a interpretação de que entrevista não é propaganda.

Na entrevista, segundo os autos do processo, Lula apresentou Haddad como candidato - o que ele ainda não era, ao menos formalmente - ao afirmar que São Paulo precisava de "alguém que tenha o entusiasmo que ele teve cuidando da Educação".

23 FEV 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### A violência no trânsito

**O** Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran) notificou 711.636 motoristas no ano passado por ultrapassarem os 20 pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou por cometerem infração gravíssima. O total de motoristas punidos com a perda do direito de dirigir é 14% maior do que o registrado no ano anterior. Segundo dados do Detran, das nove infrações cometidas com maior frequência nas ruas e estradas paulistas, quatro são de natureza gravíssima: dirigir automóvel ou moto sem licenciamento, sem CNH ou com ela vencida há mais de 30 dias e pilotar motocicletas sem capacete ou roupas adequadas.

Conforme os últimos dados do Ministério da Saúde, é de aproximadamente 42 mil o número de pessoas que perdem a vida em acidentes de trânsito anualmente em todo o País. Em São Paulo, são computadas cerca de 7,5 mil mortes a cada ano. Em 2010, dos R\$ 200 milhões usados pelo SUS para bancar as internações decorrentes dos acidentes, R\$ 58,6 milhões foram para atender as vítimas do trânsito paulista.

Que a fiscalização rigorosa é importante para reduzir os acidentes nas ruas e estradas, ninguém tem dúvida. O que se discute é a falta de outras ações igualmente importantes. Educação, conscientização dos riscos de conduzir com imprudên-

cia ou alcoolizado e engenharia de tráfego podem apresentar resultados tão bons quanto a fiscalização.

Em São Paulo, a cidade que tem a maior frota de veículos do País, a aplicação de multas aumentou 149% no período de 2006 a 2012, enquanto o número de veículos registrados cresceu 36%. A Prefeitura, por sua vez, arrecadou no ano passado R\$ 799 milhões com multas, 7% a mais do que em 2011, ano em que a frota cresceu 2%.

Nos últimos seis anos, a Prefeitura instalou 600 radares eletrônicos nas ruas da cidade, que emitiram 9,9 milhões de multas em 2012 (contra 3,9 milhões em 2006). Mas o impacto disso na redução do número de mortes no trânsito foi pequeno. Ele diminuiu apenas 2,9%. Em 2006, 1.407 pessoas perderam a vida nas ruas; em 2011, foram 1.365.

Já está mais do que claro que é preciso dar tanta atenção àquelas ações quanto ao aumento da fiscalização e punição dos motoristas infratores. Segurança no trânsito é responsabilidade do governo, das montadoras de veículos, dos motoristas, mas também dos centros de formação e da rede escolar.

A informação sobre o problema da violência no trânsito deve ser transmitida da forma mais clara e constante possível. O Ministério da Saúde, por meio do projeto Vida no Trânsito, já qualificou sistemas de informação em cidades como Curitiba, Palmas, Teresina,

Campo Grande e Belo Horizonte. O objetivo é melhorar os bancos de dados sobre acidentes, feridos e vítimas, para permitir a identificação dos fatores de risco, como excesso de velocidade e a associação entre álcool e direção. O programa será levado em breve a Campinas e Guarulhos. Em setembro, o Ministério da Saúde autorizou o repasse de mais de R\$ 12,8 milhões para os Estados aplicarem no Vida no Trânsito. Desse montante, R\$ 1 milhão veio para São Paulo.

Chegou o momento de os gestores do setor de trânsito reavaliarem a forma de atuar da fiscalização. Como já vem sendo feito, é indispensável punir, entre outros, os que abusam da velocidade e tirar de circulação quem, por uma razão ou outra, não renovou a carteira de habilitação. Mas é preciso ir além e prestar mais atenção, por exemplo, a motoristas irresponsáveis que, fora do alcance dos radares, continuam promovendo verdadeiros rachas pelas ruas e ameaçando os demais com manobras proibidas.

Mas só maior rigor e maior abrangência da fiscalização não bastam. Tão importante quanto isso é educar motoristas e pedestres. E também formar agentes de trânsito capazes de orientar os motoristas – porque sua função não é apenas multar, longe disso –, principalmente em momentos críticos como os dos congestionamentos provocados por alagamentos, como ocorre com frequência na capital paulista.

24 FEV 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### Não contem com San José

**S**e ainda estão contando com a possibilidade de obter da Corte Interamericana de Direitos Humanos a revisão das penas a que foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no processo do mensalão, José Dirceu e seus cúmplices podem ir tirando o cavalinho da chuva. Cabe aos tribunais nacionais aplicar sanções penais em última instância. A Corte Interamericana não é feita para a ela se recorrer como se fosse uma instância superior. “Quem manda são as cortes nacionais, e não a Corte Interamericana.”

Na melhor das hipóteses para os mensaleiros, o tribunal de San José poderia responder à solicitação de uma “opinião consultiva”, sem caráter vinculante. Essa é a categórica posição do presidente daquela corte internacional, o peruano Diego Garcia-Sayán, manifestada em entrevista ao jornal *Valor* (19/2).

A possibilidade de recurso à Corte Interamericana de Direitos Humanos é cogitada pelos mensaleiros principalmente para efeito político interno. Tentam minimizar o desgaste da imagem do PT e de seus aliados, fortemente tisonada pelos crimes, comprovados na Ação Penal 470, de compra de apoio parlamentar para o governo Lula. Os dirigentes petistas tendem a tratar com discrição cada vez maior o assunto, procurando evitar manifestações de solidariedade aos mensaleiros e de

críticas ao STF em atos oficiais da legenda. Mas a influência do “chefe da quadrilha” José Dirceu dentro do partido é muito grande e ele próprio está longe de se conformar com a condição de condenado e não perde oportunidade para reiterar a disposição de “lutar até o fim”.

Por sua vez, outro condenado, o deputado Valdemar Costa Neto, um dos donos do PR e notório operador de esquemas de tráfico de influência nos três níveis da administração pública, tomou ele próprio a iniciativa de incumbir um advogado de sondar o caminho até a Corte Interamericana.

Uma vez que não seria inteligente tentar desqualificar com argumentos políticos a decisão tomada pela maioria dos ministros do Supremo, a ideia básica de José Dirceu e cúmplices é procurar respaldo no argumento jurídico de que os réus que têm foro privilegiado – como é o caso dos cinco parlamentares condenados – foram prejudicados pelo fato de que, sendo o STF a última instância jurisdicional no Brasil, os cinco foram privados do direito fundamental de recorrer contra uma primeira decisão judicial desfavorável. É o princípio da “dupla jurisdição”, consagrado pela Convenção Americana de Direitos Humanos – o “Pacto de San José” – a que o Brasil aderiu em 1998 e cuja salvaguarda é a função primordial da Corte presidida desde 2010 por Garcia-Sayán.

O argumento dos mensaleiros é falacioso, pois o direito que os parlamentares – entre

outras autoridades – têm de ser julgados apenas pelo Supremo é um privilégio do qual jamais cogitariam de abrir mão, a não ser que tivessem o dom de adivinhar o desfecho dos processos. Pode-se até imaginar a possibilidade de que uma autoridade contemplada com o foro privilegiado a ele renuncie *a priori*, se entender mais conveniente contar com a “dupla jurisdição”. Mas, no caso da Ação Penal 470, só depois de condenados os mensaleiros apresentaram-se como vítimas do privilégio que lhes é concedido por um ordenamento jurídico por eles próprios estabelecido.

Garcia-Sayán, homem de leis que também foi parlamentar em seu país, não ignora a complexidade e as intenções políticas da questão que os réus condenados cogitam de lançar sobre os ombros da Corte e adverte: “Aqui não se emitem conceitos em abstrato. Resolvem-se casos concretos ou responde-se a solicitações de opinião consultiva. E esse tipo de solicitação não teria um caráter vinculante, a decisão não teria um caráter obrigatório”.

Garcia-Sayán falou também sobre outras questões relativas ao Brasil que estão sendo discutidas no âmbito da Corte Interamericana, como a Lei da Anistia e suas implicações com o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão da Verdade. Mas dedicou especial atenção ao relacionamento da Corte que preside com o STF, a cujo presidente, o ministro Joaquim Barbosa, fez muitos elogios.

25 FEV 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

ALOÍSIO DE TOLEDO CÉSAR

## Corrupção – crime ou esperteza?

**N**estes dias em que os políticos do Partido dos Trabalhadores passaram a lamber uns aos outros, em comemoração pelos dez anos no poder, é o caso de perguntar: além da farra com dinheiro público, além do fim da corrupção como crime para se converter em ato de esperteza, o que mais eles estão festejando?

Nesses dez anos eles conseguiram praticamente quebrar a Petrobrás, que era uma das empresas mais sólidas do mundo; reduzir o desenvolvimento do País a níveis inferiores aos do Paraguai e da Bolívia; fazer crescer a inflação, que fora zerada por Fernando Henrique Cardoso; e aumentar a carga tributária a praticamente 40% do produto interno bruto (PIB).

Em nenhum outro país do mundo a venda de remédios sofre carga de impostos tão alta como no nosso. Os bens duráveis de consumo, afetados pela mesma carga tributária, custam muito mais do que nos outros países. E os preços são tão absurdos que os brasileiros ficaram viciados em viagens ao exterior apenas para comprar.

Bilhões de dólares de brasileiros engordam a economia americana todos os anos porque os produtos lá vendidos custam muito menos do que aqui, no Brasil. Isso ocorre exatamente no momento em que os petistas aparecem rindo nas fotos. Rindo de quê? Com certeza eles estão rindo de nós e da farra que fizeram nesses dez anos.

Quando Tancredo Neves, com sua habilidade e seu manei-rismo, conseguiu eleger-se presidente, arrebatar a Bandeira brasileira das mãos dos milita-

**De que ríem os petistas?**

**Com certeza, de nós e da farra que fizeram nestes dez anos**

res e devolvê-la a todos nós, ficou a impressão de que o País teria mais sorte e melhor rumo. Mas com o seu trágico falecimento e a posse do biônico José Sarney na Presidência da República, ficou desmentida a ideia enganosa de que Deus é brasileiro. É nada, deve ser suíço.

O lado pior e mais trágico que surgiu nos últimos dez anos foi deixar transparente que é possível cometer na vida pública os mais graves crimes e nada acontecerá. Corrupção, peculato, formação de quadrilha e outros hediondos crimes contra a administração pública foram praticados em grande escala e até agora não se viu um único infrator sendo levado para detrás das grades.

Algumas semanas atrás o mundo teve conhecimento do exemplo invejável da Justiça inglesa, que condenou e determinou a imediata prisão de um figurão da política que cometera infração de trânsito, mas para não ter a imagem afetada publicamente fez sua mulher assumir a responsabilidade pela transgressão. Isso foi descoberto somente dez anos depois, mas, mesmo assim, a Justiça inglesa não perdoou e ele foi direitinho para atrás das grades.

Qualquer pessoa que tenha sentimento de justiça logo perceberá como nós estamos a milhares de anos-luz dessa exemplar conduta.

A ausência de punição tem sido característica marcante em nosso país. Nos últimos tempos, porém, a impunidade assumiu feição muito mais grave, porque os delitos praticados

por altos figurões da República continuam à espera de execução da pena. Realmente, ainda que tenham sido condenados pelo Supremo Tribunal Federal, a condenação permanece destituída de eficácia e isso propaga a ideia de que poderosos nunca vão para a cadeia.

Dá para imaginar o que a Justiça inglesa teria feito com José Dirceu, José Genoino, João Paulo Cunha e outros aos quais o linguajar policial atribui terem a “mão cabeluda”? Por incrível que pareça, eles talvez apareçam perante boa parte da população brasileira como pessoas dotadas de invejável esperteza, porque, afinal, a despeito da “mão cabeluda”, continuam por aí, sempre aparecendo e rindo nas fotos. Julgados e condenados, são verdadeiros exemplos da ineficácia do nosso sistema jurisdicional.

A Justiça brasileira, infelizmente prisioneira de entraves processuais que herdamos dos romanos, ainda não conseguiu a eficácia e a praticidade da de ingleses e norte-americanos. Estes sabem de sobra que o exemplo da punição influi na redução da criminalidade muito mais do que qualquer repressão policial.

Os políticos do Partido dos Trabalhadores que comemoram os dez anos de governo com certeza não farão nenhuma referência ao fato de o Brasil figurar nos índices internacionais de desenvolvimento humano em 84.º lugar e que continuamos a ser um dos campeões mundiais de analfabetismo, além de nossa mortalidade infantil persistir como problema a ser resolvido.

**CONTINUA**

25 FEV 2013

## O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Com a entrada em vigor do Plano Real, em 1994, praticamente zerada a inflação, o dinheiro passou a valer mais e isso beneficiou, sobretudo, as pessoas mais pobres, que foram gradativamente inseridas no processo capitalista de consumo. Essa melhora, contudo, não foi suficiente para tirar da pobreza alguns milhões de brasileiros, que continuam na linha da miserabilidade e, portanto, é mesmo necessário que recebam atendimento do governo, com a distribuição de recursos.

Essa doação de dinheiro público, todavia, não poderia ter a feição – lamentavelmente adquirida – de subterfúgio político destinado a angariar votos e prestígio eleitoral. Quem doa dinheiro público deveria ter no próprio gesto de doar a recompensa, e não a esperada resposta de apoio e votos.

O poeta de origem árabe Khalil Gibran, com lirismo e profundidade, ensinou: “Há aqueles que doam e não sentem dor ao doar, nem buscam alegria, nem doam pensando em virtude. Eles doam como no longínquo vale o mirto exala sua fragrância no espaço. É através dessas mãos que Deus fala, e é por detrás de seus olhos que Deus sorri sobre a Terra”.

Seria um invejável gesto de grandeza a distribuição de recursos públicos aos mais sofridos se tal conduta não estivesse marcada por interesses pessoais, por isso mesmo mesquinhos, de feição eleitoral. Quem doa buscando o reconhecimento talvez não perceba que essas dádivas se tornam corruptas.

●  
DESEMBARGADOR APOSENTADO  
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DE SÃO PAULO. E-MAIL:  
ALUISIO.PARANA@GMAIL.COM

25 FEV 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## Previsto para março, júri de Sombra trava

• Frustração

**BRUNO JOSÉ DANIEL**

IRMÃO DO PREFEITO CELSO DANIEL (PT), MORTO HÁ 11 ANOS  
"Frustra ter que esperar mais um tempo, não se sabe quanto, para que Sombra seja julgado"

Em dezembro de 2012, liminar do STF parou a ação até o julgamento de mérito de habeas corpus, que não tem data definida

A Justiça em Itapeverica da Serra (SP) não pode marcar data para o julgamento do empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, apontado pelo Ministério Público como mandante do assassinato do prefeito de Santo André Celso Daniel (PT). Dois habeas corpus, pendentes no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF), amarram o júri que estava previsto, inicialmente, para março, 11 anos depois do crime que ainda assombra o PT.

Para o Ministério Público, o prefeito foi executado porque havia decidido dar um fim em amplo esquema de corrupção em sua gestão do qual Sombra e outros empresários seriam beneficiários. "Frustra ter que esperar mais um tempo, não se sabe quanto, para que Sérgio Sombra seja julgado", desabafa o professor Bruno José Daniel, irmão de Celso. "Tal como funciona nosso sistema, abrem-se espaços para retardar processos, sob o pretexto de garantir o direito de defesa, que obviamente deve existir. Frustra também ver a lentidão com que caminham os processos ligados ao esquema de desvio de recursos montado na prefeitura de Santo André."

Seis executores já foram condenados a penas de 18 anos a 24 anos de reclusão. No dia 5 de dezembro de 2012, o juiz Antonio Augusto Hristov considerou que o processo de Sombra, por homicídio triplamente qualificado, estava "apto a ser incluído em pauta". Mas cinco dias antes, liminar do STF já havia travado a ação de 90 volumes e 15 mil páginas. A medida acolhe pedido em habeas corpus no qual a defesa alegou cerceamento.

O advogado de Sombra, Roberto Podval, afirma que não pôde fazer perguntas aos outros réus e que na corte estão pendentes mais demandas sobre o caso; uma põe em discussão o poder de investigação criminal do Ministério Público.

A liminar foi dada pelo ministro Marco Aurélio, em sua residência, às 20h25 de 1.º de dezembro. Tudo fica parado até julgamento de mérito do habeas, que não tem data. O ministro destacou que a "defesa técnica, inafastável", faz parte do processo criminal. Ele observa que a defesa de um acusado pode questionar "fato não bem esclarecido" e "formular perguntas correspondentes e pertinentes".

O juiz de Itapeverica já enviou informações ao STF e ao STJ, onde a defesa ingressara com outro habeas corpus em 16 de abril, mas a ministra Laurita Vaz indeferiu liminar. O juiz ressalta que, quando do encerramento da instrução, a defesa de Sombra "não requereu para sanar possível irregularidade relativa ao indeferimento de reperguntas ou esclarecimentos nos interrogatórios dos corréus".

### Promotor conflita que Marco Aurélio pode rever liminar

• O promotor de Justiça Márcio Frigg, do Grupo de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), acusador dos assassinos de Celso Daniel, é taxativo: "Em que pese a frustração pelo adiamento (*do júri*), acredito que, com as informações judiciais e o maior detalhamento do processo, o ministro relator (*Marco Aurélio*) poderá rever sua liminar anteriormente concedida ou, ao menos, colocar em pauta mais rapidamente o ha-

beas corpus para que a injustiça não se prolongue no tempo".

A demanda foi parar no STF porque a ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça, rejeitou liminar da defesa. O criminalista Roberto Podval alegou "constrangimento ilegal" para brechar o processo no STF. "A jurisprudência é pacífica: os advogados podem fazer perguntas aos outros réus." Ele anota que existem vários habeas corpus para serem julgados no caso, "logo não tem muito sentido fazer o júri antes". "Vamos imaginar que o júri seja realizado agora. Poderá ser anulado lá na frente porque essas questões não foram concluídas."



# TRIBUNA DO PARANÁ

## Defesa dá detalhes sobre prisão de médica de UTI

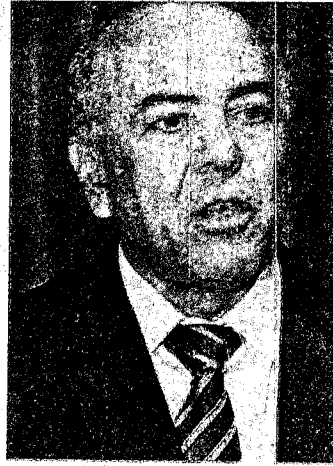
O inquérito policial que investiga a chefe da UTI do Hospital Evangélico, Virgínia Helena Soares de Souza, foi questionado ontem em uma entrevista coletiva com os advogados de defesa e testemunhas. Mesmo informando não poder revelar detalhes do caso por conta do sigilo, o advogado Elias Mattar Assad informou que a polícia investiga seis mortes.

Ele também afirmou que um policial disfarçado foi infiltrado na equipe da médica para obter informações. "Se não provarem a existência do fato, nós teremos registrado o maior erro investigativo e midiático do Paraná", alertou Assad.

### Revogação

O advogado disse que, na próxima segunda-feira, vai pedir a revogação da prisão temporária da médica e a quebra do sigilo no inquérito. "Não há fundamento na prisão dela e o sigilo desse inquérito não nos favorece". A Polícia Civil disse que não pode se pronunciar sobre os detalhes revelados por Assad e qualificou a conduta do advogado como quebra de sigilo.

O filho da médica, o professor de piano Leonardo Prisco de Souza Marcelino, explicou que a mãe



Assad: policial infiltrado.

seria vítima de funcionários que não gostavam da maneira como ela tratava a equipe. "Ela sempre foi um pessoa grosseira e isso rendeu inimigos". Na mesma linha, o enfermeiro Claudinei Nunes disse, que 95% dos funcionários do hospital têm "aversão" a Virgínia.

### Bilhetes

As demais testemunhas que participaram da coletiva também sustentaram que os pacientes costumam escrever bilhetes nas UTIs e que por conta das alucinações após a sedação, muitos narram que médicos ou enfermeiros tentaram matá-los.

## Condenado por matar o pai

Após cinco dias de julgamento, Gil Rugai, 29 anos, foi condenado a 33 anos e 9 meses de prisão pela morte do pai e da madrasta há quase nove anos por motivo torpe. Ele pode recorrer da sentença em liberdade. Luis Carlos Rugai, 40, e Alessandra Troitino, 33, foram assassinados a tiros em 28 de março de 2004 na casa onde moravam, em São Paulo.

Desde então, as suspeitas recaíram apenas sobre Gil, o filho mais velho, que sonhava em ser padre. A tese da acusação foi que o rapaz cometeu o crime porque o pai descobriu desfalques que ele havia feito na empresa e ameaçava entregá-lo à polícia. As principais provas foram a pegada de Gil em uma porta arrombada no local do crime e a localização da arma, que pertencia ao jovem.

## Negada anulação de júri

A ministra Laurita Vaz, do STJ Superior Tribunal de Justiça, negou ontem recurso apresentado pela defesa do casal Nardoni. Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá foram condenados pela morte da filha dele no dia 27 de março de 2010, após cinco dias de júri popular. Alexandre recebeu pena de 31 anos, um mês e dez dias de prisão, e Anna Carolina de 26 anos e oito meses.

Isabella, 5, morreu em 29 de março de 2008, ao cair do sexto andar do edifício London - onde morava o casal, na zona norte de São Paulo. Pouco tempo depois, os dois foram presos e ainda cumprem pena em Tremembé (SP).

A defesa recorreu contra o julgamento, mas o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu apenas recalculas as penas. A de Anna Carolina foi mantida e a de Alexandre passou para 30 anos, dois meses e 20 dias.

A defesa recorreu novamente, ao STJ, para que o júri fosse anulado. Os questionamentos tratavam de pedido de diligência não atendido, o modo de contagem dos dias para a apresentação de documentos e a fixação das penas. A ministra Laurita Vaz é a relatora do recurso. Caso haja manifestação da defesa, o caso ainda pode ser submetido à apreciação dos demais ministros da Quinta Turma.

### Outro

Outro recurso contra o julgamento tramita no STF (Supremo Tribunal Federal). A defesa alega que, por causa da grande repercussão do caso Isabella, houve impossibilidade de julgamento justo - os jurados já teriam opinião formada antes do julgamento.

23 FEV 2013

## CARTA CAPITAL

### Joaquim amoleceu? O presidente do STF voltou cordato do recesso e encontra apoios no veto a patrocínios da iniciativa privada

**O** MINISTRO JOAQUIM BARBOSA, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), voltou amolecido, cordato, compreensivo, após o generoso recesso do Judiciário. O tipo “malvadeza durão”, encarnado por ele ao longo do julgamento do chamado “mensalão” petista, esfumou-se. Talvez temporariamente ou, quem sabe, por força das circunstâncias.

Sob a presidência de Barbosa, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em reunião no dia 19, ao julgar o veto a patrocínios da iniciativa privada para festas de juizes, estabeleceu um nível porcentual de tolerância para a ética. É mais ou menos assim: eventos promovidos por conselhos de Justiça, tribunais e escolas da Magistratura podem ganhar incentivo privado de até 30%. Alguém poderá pensar: melhor, só porque não havia limites.

Embora tomado pelo espírito da discutida cordialidade brasileira, o ministro Barbosa ainda fez uma ponderação restritiva ao que chancelou: “É uma primeira tentativa de segregar o Poder Judiciário dessas relações duvidosas, senão promiscuas, às vezes, com o empreendimento privado”. Fez a concessão emoldurada por um discurso duro: “A minha posição, e de outros conselheiros, é no sentido de proibição total. Acho que isso virá em futuro próximo”.

**Houve, no entanto,** quem não cedeu. Os conselheiros do CNJ Jefferson Kravchychyn e Jorge Hélio, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, ficaram a favor da proibição de 100%. Não queriam deixar para depois.

Esses patrocínios são uma tradição equivocada no Judiciário brasileiro. Na falta de freio, tudo foi se agravando: houve congresso em resort de luxo patrocinado por instituições financeiras e a Associação Paulista de Magistrados

recebeu brindes que foram distribuídos em uma festa na qual, por fim, foi sorteado um carro.

“É uma verdadeira vergonha esse evento”, condenou, na ocasião, o corregedor do CNJ, Francisco Falcão. Ele anotou a transgressão na sua lista de tarefas.

Quem ousa negar um “pedidinho” de ajuda para realizar um evento da Magistratura? O pedido por si só constrange, independentemente de outros problemas que possa criar.

Quando corregedora, a ministra Eliana Calmon, a favor do veto total ao patrocínio, tinha força na opinião pública, mas era fraca junto às forças ocultas. Não chegou a levar a questão a plenário. Isso foi feito pelo ministro Francisco Falcão, atual corregedor. Falcão apresentou a proposta de veto total, mas não manteve a posição. Aderiu ao porcentual aprovado.

**No Conselho, a maioria** votou seguindo a proposta apresentada pelos ministros Carlos Alberto de Paula e o próprio Falcão. O novo texto foi costurado no último fim de semana pelos dois.

A explicação oficial para o recuo foi político: não se formou consenso. A decisão final foi obtida por maioria de 10 votos a 5.

Há também explicação oficiosa. Fontes bem informadas garantem que o Instituto Inovare, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que conta com apoio do Sistema Globo, conseguiu demover vários integrantes do CNJ.

Não se sabe se houve proibição de brindes, prêmios e passagens aéreas, entre outras coisas condenáveis. Essa decisão, de manga curta, do CNJ prova, entre outras coisas, que a ética no Brasil, tão invocada, avança no ritmo da nossa história: lenta e gradualmente.

Seguimos com o estandarte da esperança, no qual se lê: Brasil, país do futuro.



**Barbosa,  
Falcão  
e Calmon.**  
*Unidos pela  
mesma causa*

# IMPACTO PARANÁ

## Justiça

Osmann de Oliveira  
Advogado

23 FEV 2013

## DESEMBARGADOR FEDERAL DE BOCA E OLHOS TAPADOS

Eu saía de um dos Gabinetes de ilustre Deputado Estadual quando ouvi alguém gritar o meu nome. A voz alta identificava pessoa que, assim, procurava demonstrar alegria, pois, a um só tempo ria e procurava chamar a atenção. Logo se formou uma rodinha e todos, inclusive, ele, recordavam audiências das quais eu participei, sustentações orais e júris pesados onde atuei. – O Magistrado que, à época era Juiz de Direito na Divisão Judiciária Federal de Foz do Iguaçu, testemunhava sobre as diversas solenidades criminais em que defendi agentes e delegados colocando todos os meus esforços em favor dos acusados sem nunca, entretanto, descambar para o desrespeito. É que, como escreveu CALAMANDREI, advogados e juízes são vasos comunicantes ou como disse, certa feita, ELIZER ROSA, “A boca do advogado é irmã gêmea da toga do juiz. O corpo que vista há de ser sempre o corpo do varão eleito para a grandeza sem orgulho, para a fama sem alarde; há de ser o mesmo espírito talhado para o sofrimento que decorre da simpatia para com a dor humana”. Pois bem, repentinamente, o Magistrado ficou silente, colocou a sua mão no meu ombro e disse-me:

- “Neste momento acabo de receber a notícia de que a Presidente da República assinou o ato da minha aposentadoria”...

E não escondeu um desabafo: como juiz atuante achava que chegara o seu momento de parar, pois, muitos queriam que, no desempenho do seu Ministério, se mantivesse de

boca fechada para muitas coisas e de olhos vendados para outras tantas.

Entendi, não deveria associar-me a dor que, no fundo, sentia o Desembargador, pois, sabia do seu sofrimento diante da calúnia, da injúria e da solécia da qual fora vítima em diversas ocasiões, pois, os juízes carregam o fardo de serem aplaudidos quando decidem uma causa e feridos quando descontentam a muitos que aguardam uma decisão favorável ao que pretendiam.

Do Desembargador Federal do qual falo conheço várias sentenças, muitas das quais em processos que eu patrocinava e para todos os feitos havia sempre a independência do magistrado que, às vezes, faz do processo a sua bateria e dentro da qual garimpa o que entende mais justo e precioso.

Agora esse magistrado vai embora e, talvez, retorne como advogado, pois, como na maçonaria nunca ninguém passa a condição de “ex” nunca se desvincula do bacharel em ciências jurídicas.

Deus que o acompanhe.



Falei do Desembargador Edgard Lippmann Júnior!

23 FEV 2013

## IMPACTO PARANÁ



**Desembargador Clayton Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça, iniciando mandato e sem preocupação de agradar ao público, sapecou um novo e substancial reajuste ao auxílio-alimentação dos funcionários do TJ. Pouco ligando ao que possam estar falando além fronteiras do Judiciário paranaense, o presidente do TJ vai sentindo que está jogando com sua equipe.**

23 FEV 2013

# IMPACTO PARANÁ

## FÉRIAS DOS JUÍZES - ALÔ JULIANO BREDA

Leio artigo do meu prezado amigo Juliano Breda, presidente estadual da OAB, defendendo com o habitual padrão de educação que os juizes tenham reduzidas as férias, de 60 para 30 dias ao ano.

Com todo o respeito, acho que o Juliano jogou pra torcida. Juiz tem atividade mais complicada que o trabalhador comum, a chamada choldra, também conhecida pejorativamente por populacho. Precisa de mais dias de férias.

Cansado de tanto perder nas ações judiciais, informo que doravante estarei sempre ao lado dos juizes, para ver se puxando o saco revento a tendência de derrotas jurídicas.

Vou ligar pro Juliano pedindo a revisão da importante opinião, e que, ao contrário, as férias dos juizes das áreas cível e criminal sejam aumentadas para 120 dias.

E que os juizes trabalhistas tenham pelo menos 8 meses de férias a cada ano, para ao menos protelar meus prejuízos.

Ágora, vamos falar sério: dois meses de férias estão de muito bom tamanho. Vamos mudar de assunto.

## Perguntar não ofende

- Carli Filho vai passar pelo crivo de um Júri popular convencendo que foi ele a vítima daquele acidente fatal de 7 de Maio de 2009?
- Joaquim Barbosa continua com a caneta cheia ou já aliviou o peso da mão na hora de atingir a corrupção brasileira?

## Vereador condenado

O juiz Emil Tomás Gonçalves, da 2ª. Vara da Fazenda Pública de Londrina condenou ex-vereador Joel Garcia (sem partido) porque teria mantido a funcionária fantasma, Angélica Alves Madeira em seu gabinete em 2009, primeiro ano do mandato. A multa não foi revelada. O juiz condenou a suspensão dos direitos políticos de Garcia por oito anos. Vai recorrer da sentença junto ao TJ.

Marcado para o dia 22 de Maio o início do julgamento do ex-vereador e ex-presidente da Câmara Municipal João Claudio Derosso. Cláudia Queiroz, companheira na época, que também se envolveu no rumoroso processo publicitário que continua inesgotável, sendo ressuscitado a cada espaço de quinzena ou mensal, também está na lista para início do julgamento destas questões que envolvem ainda mais dois altos ex-funcionários da época.

23 FEV 2013

# IMPACTO PARANÁ A DESMORLIZADA!



Mais um pronunciamento contundente. Aos berros, o deputado Fábio Camargo voltou a ocupar a tribuna da Assembleia Legislativa do Paraná para escancarar a Gazeta do Povo e a família Cunha Pereira, através Guilherme da Cunha Pereira, suas irmãs e João Candidato da Cunha Pereira, citados nominalmente como criminosos, embora não tenham sido fornecidos maiores detalhes a respeito.

Visivelmente alterado quando se pronuncia em relação à Gazeta do Povo que já o identificou como deputado faltoso, e ultimamente sapecou contra o mesmo gastos publicitários irregulares quando ainda era vereador, Fábio Camargo tentou incentivar novas assinaturas a CPI da Globo que vem tentando instalar e que segundo avisou já contaria com 18 assinaturas.

Enquanto ia despencando adjetivos e críticas a Gazeta do Povão, que

buscou desmoralizar com todas as letras. Fábio Camargo via a câmera da TV Sinal passar por sua imagem na tribuna entremeada pelas imagens de deputados, alguns em situação de visível desconforto com as críticas à Gazeta do Povo que certamente não pretendem atingir, assim como a própria Globo, numa situação que visivelmente deixa uns e outros em situação constrangedora.

Momento de tensão foram vividos nesta semana quando do pronunciamento do parlamentar que tenta preservar a imagem do saudoso Chiquinho da Cunha Pereira, mas que não minimiza em qualquer momento a figura dos atuais herdeiros de um império das comunicações.

Ficou no ar a clara impressão de que o ocorrido nesta semana foi apenas mais um capítulo de uma telenovela que está muito longe de terminar.



Deputado Fábio Camargo prometeu em discurso desafiar até o segredo de justiça em escandaloso

processo que envolve a Gazeta do Povo e a família Cunha Pereira, conforme discurso em recente passado. O tempo passou, uns e outros apostam que esse espaço ausente da tribuna para confirmar aquilo que havia prometido caiu no esquecimento, mas há quem continue apostando que o irrequieto parlamentar ainda promete voltar a incomodar a família da comunicação RPCOM.

# IMPACTO PARANÁ 23 FEV 2013

UM NEGÓCIO DO EIXO RIO DE JANEIRO-PARANÁ

## MANGUINHOS E ARAUCÁRIA SÃO NOMES QUE SE CONFUNDEM...

No mínimo nebulosas e bastante estranhas certas notícias que explodem em pequenas notas na imprensa envolvendo uma empresa identificada apenas por Manguinhos.

Impacto ouviu falar na mesma pela primeira vez quando um processo em andamento para facilitar com redução e por meio de precatórios uma milionária dívida com o governo paranaense por causa do tal de ICMS,

Causou estranheza que uma empresa em processo de falência conforme notícias vindas do Rio, estivesse conquistando um benefício local, de alguns milhões de reais, desconto generosamente concedido pelo governo do Estado, numa brecha legal, mas que deixou uns e outros bastante desconfiados.

Depois, pequenas notas começaram a pipocar dando conta de uma tramitação no mínimo estranha que foi buscada em Araucária, no Paraná, uma solução que através Procedimento ordinário, vai buscando a Recuperação Judicial em processo de Falência, assunto de interesse da Manguinhos Química S/A, de Campinas: Refinaria de Petróleo de Manguinhos S/A; Manguinhos Distribuidora S/A, as duas últimas com sede no Rio de Janeiro, e Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda, com sede em Araucária.

O Processo de número 0000466-44.2013.8.16.0025, que tem como autores essas empresas e réu o Juízo da 1ª Vara Cível de Araucária-PROJUDI, traz no relatório da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial destas empresas, uma situação no mínimo estranha por determinadas circunstâncias.

**Conforme grifo nosso no citado relatório, gerando as dúvidas iniciais em relação ao mesmo, está o parágrafo na letra a que nomeia como administrador judicial o advogado Clemenceau Merheb Calixto, que por sinal, conforme consulta à OAB, no Conselho Seccional do Paraná, está com sua ficha de consulta que pinçamos do site do Cadastro Nacional dos Advogados, como “ SITUAÇÃO LI-**

**CENCIADO”, o que nos leva a acreditar como impedido para o exercício de administração para o qual foi designado.**

Inclusive, com o estabelecimento neste, item do relatório da decisão, de que “ somente poderá ser substituído com autorização do Juízo, com base nos artigos 21; 52 inciso 1 e 64 da Lei 11.101/2005”.

Esta decisão assinada pelo Juiz Evandro Portugal, que vem sendo motivo de comentários a respeito pela situação que envolve as citadas empresas em processo de falência, e com suspeitas de negócios no Rio de Janeiro que ensejaram tantas notas na imprensa, determina a suspensão de todas as ações e execuções contra as devedoras, na forma do artigo 6 desta Lei 11.101/2005.

Não bastasse a situação do licenciado ser designado para tão importante função, o que surpreende, de fato, é que Clemenceau Merheb Calixto, é nada mais que o atual Diretor de Operações do Setor Privado da Fomento Paraná, setor de acesso ao crédito e a expansão dos empreendimentos, unindo assim, indiretamente, o público com o privado.

Uma situação no mínimo, salvo melhor juízo, inusitada.

Mas, como certas coisas neste país acontecem com tal rapidez que muitas vezes nos surpreendemos pela velocidade de ações promovidas para facilitar determinadas situações, quem sabe tudo isso esteja dentro da maior legalidade e sem a necessidade de qualquer suspeita como acontece de momento.

Impacto está agora em busca de novas informações a respeito de tão estranho assunto que pipocou no Rio de Janeiro, chegou até o Paraná e envolve por linhas ainda mais estranhas o público com o privado em interesses que precisam sejam melhores esclarecidos a fim de que não continuem a gerar comentários e especulações bastante suspeitos.

Afinal, estamos falando de negócios que envolvem milhões, isso mesmo, milhões e milhões não apenas de reais, mas de dólares, pois as empresas alegaram terem sido surpreendidas com o Decreto 43.8892 do Governo do Estado do Rio de Janeiro, justamente quando estavam buscando um nove e grande projeto com resultado final de centenas de milhões de dólares.

Nos bastidores cariocas o comentário é de que em 14 dias aconteceu este “milagre” da recuperação da Manguinhos que está fazendo Ricardo Magro rir de debochadamente da cara de muita gente que estava na sua cola.

Como disse um velho conhecido olhando toda a papelada a respeito e que veio explodir justamente por aqui, em Araucária, “ pode ser tudo e pode ser nada”.

Como seguro morreu de velho...

25 FEV 2013

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Reale Júnior critica proposta de reforma do Código Penal

A partir da próxima quinta-feira (28), as discussões em torno da proposta de reformulação do Código Penal prometem ser retomadas com a presença do jurista e ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior a uma audiência pública na comissão especial do Senado que analisa do assunto. Reale é declaradamente um dos maiores críticos do texto - entregue aos senadores em junho por uma comissão de 15 juristas - e foi convidado para apresentar sua análise sobre a proposta. "Eu vou levar a nossa contribuição que não é só uma manifestação minha, mas, verdade, retrata a posição de cerca de 20 entidades, seja do Ministério Público, da associação de advogados, e dos institutos de direito e criminologia", adiantou o criminalista.



# JORNAL DO ESTADO

Lista

25 FEV 2013

## PAINEL JURÍDICO

### Advogados

Projeto de Lei, em tramitação na Câmara dos Deputados, concede ao advogado profissional liberal o mesmo tratamento tributário dado às sociedades de advogados. Hoje, as sociedades de advogados são tributadas como pessoas jurídicas em 11,3% e os advogados autônomos pagam 27,5% de imposto de renda como pessoa física.

### Drogas

Uma empresa terá que pagar R\$ 6 mil a um empregado por ter feito exame toxicológico sem o seu consentimento. A decisão é da 4ª Turma do TST.

### Remuneração

Empresas de capital aberto são obrigadas a divulgar os valores pagos aos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal. O entendimento é do TRF da 2ª Região.

### Afeto

Não se pode impor a um pai a obrigação de manter contato com seus filhos sob pena de multa. O entendimento é da 8ª Câmara Cível do TJ do Grande do Sul.

### Responsabilidade

Ceder o carro para que um terceiro cometa ato ilícito, implica em responsabilidade solidária do proprietário do veículo. O entendimento é da 1ª Turma do TRF da 4ª Região.

A OAB Paraná está recebendo a inscrição dos interessados em participar do processo de formação de lista sêxtupla constitucional para concorrer a uma vaga de desembargador do TJ-PR. A vaga é decorrente da aposentadoria do desembargador Antônio da Cunha Ribas. O período de inscrição se estende até o dia 11 de março. Informações na Secretaria do Conselho Pleno da Seccional.

### Definição

Cabe à Justiça comum julgar processos decorrentes de contrato de previdência complementar privada. A decisão é do STF. Como a matéria teve repercussão geral reconhecida, passa a valer para todos os processos semelhantes em tramitação. O Plenário também decidiu que permanecerão na Justiça do Trabalho os processos que já tiverem sentença de mérito julgada até o dia 20/02. Os demais processos que tramitam na Justiça Trabalhista deverão ser remetidos à Justiça Comum.

### Mediação

O escritório Porto Ferreira Advogados criou uma nova unidade de negócios: Mediação no Setor Privado. "Com a mediação, as partes envolvidas têm o poder de decisão, o que resulta em um acordo mais eficaz e efetivo, além do baixo custo e da rapidez do processo", explica Vivien Lyz Porto Ferreira da Silva, sócia do escritório. O foco do trabalho será nas áreas de seguros, contratos, societário, trabalhista e relações de consumo, sempre defendendo a empresa.

### DIREITO SUMULAR

#### Súmula n. 472 do STJ

- A cobrança de comissão de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual.

25 FEV 2013

# JORNAL DO ESTADO

## A CONDUTA E O DIREITO PENAL

**Eliana Calmon, uma mulher além do seu tempo**

Jônatas Pirkiel

Quem teve a oportunidade de ouvir a palestra da Ministra Eliana Calmon, ex-Corregedora Geral de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, hoje vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça e diretora-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), na abertura do curso "Criação da Disciplina Magistratura – Vocação e Desafios", na sede da escola, em Brasília, deve ter chegado à mesma conclusão que eu: trata-se de uma mulher além de seu tempo...

Reproduzo alguns dos pontos por ela abordados, como segue:

"A sociedade atual necessita de um juiz com novo perfil, o que representa quebrar uma cultura de mais de 200 anos. Cabe ao juiz de hoje não só resolver conflitos que chegam nos processos, mas também fiscalizar e cobrar a realização das políticas públicas. O magistrado passou a ter a necessidade de informações diferenciadas sobre a sociedade. Não queremos burocratas, mas sim um juiz presente na sociedade, de maneira participante" destacou a ministra.

"Nós precisamos municiar a juventude que escolhe a magistratura com informações sobre os desafios e as necessidades que envolvem a carreira. Esses conhecimentos farão com que os jovens escolham a partir deles, e não a partir de um emprego público..." A magistratura não traz apenas benesses, é preciso ser vocacionado", afirmou a ministra.

\* O autor é advogado criminalista  
(jонатaspirkiel@terra.com.br)